

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE ECONOMIA
M B E EM RESPONSABILIDADE SOCIAL E TERCEIRO SETOR
MONOGRAFIA DE PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU

Fundo Social: o investimento social realizado pelo BNDES

Roberto Oliveira das Neves

ORIENTADOR: Eduardo Baptista

Novembro 2009

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE ECONOMIA
M B E EM RESPONSABILIDADE SOCIAL E TERCEIRO SETOR
MONOGRAFIA DE PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU

Fundo Social: o investimento social realizado pelo BNDES

Roberto Oliveira das Neves

ORIENTADOR: Eduardo Baptista

Novembro 2009

As opiniões expressas neste trabalho são da exclusiva responsabilidade do autor

Agradecimentos

A Eduardo Baptista, agradeço a orientação firme e amiga.

Aos entrevistados, agradeço a generosidade com que dispuseram de uma parcela de seu tempo para compartilhar comigo sua experiência: Ana Christina Moreno Maia Barbosa, Beatriz Azeredo, Gisele Amaral, Isis Pagy, Kallas Roberto Kallas, Marcelo Goldenstein, Ricardo Ramos e Sonia Lebre Café.

Pelo incentivo, pela amizade e pelas sugestões, agradeço a Angela Macedo, Marcos Montagna, Rodrigo Mendes Leal de Souza e Teresa Cosentino. Este trabalho não existiria sem vocês!

Pela gentil acolhida aos meus pedidos de dados e informações, agradeço a Ana Gabriela Caputo, Danielle Nogueira, Emerson Tizziani, Ingrid Rangel, Lidia Maria Sales Santelli da Silva, Marcela Gomes, Marcos Cavalcante, Maria Julia Pinho, Renata Buarque Goulart Coutinho e Shirlene Silva.

Às equipes do Lar Fabiano de Cristo (em especial a Danilo Cabral), da Fundação Ary Frauzino (especialmente a Marson Rebuzzi), do Instituto Nacional do Câncer, da Memória Gráfica e do PANGEA (especialmente a Adherbal Régis), agradeço as informações prestadas.

Ao meu primo e amigo Carlos Cristo, agradeço as valiosas sugestões.

Finalmente, agradeço à minha namorada, Angélica Mira, pelo amoroso apoio e pela revisão do texto.

Resumo

O Fundo Social foi criado em 1997, com o objetivo de permitir ao BNDES apoiar, com recursos não reembolsáveis, projetos e investimentos de caráter social, nas áreas de geração de emprego e renda, serviços urbanos, saúde, educação e desportos, justiça, alimentação, habitação, meio ambiente, desenvolvimento rural e outras vinculadas ao desenvolvimento regional e social.

Os recursos do Fundo Social provêm da destinação de parcela do lucro das operações do BNDES e sua aplicação constitui, em última análise, investimento público em setores sociais básicos.

A análise da evolução do Fundo Social evidencia as prioridades para concessão de apoio financeiro e revela que seu foco, inicialmente voltado especialmente para a assistência social ao público eleito como prioritário – crianças e jovens em situação de risco social –, deslocou-se para o apoio a projetos de geração de trabalho e renda, visando à redução da desigualdade social e econômica.

No período 1997-2002, foram apoiadas iniciativas com potencial para se tornarem políticas públicas, como o Método Mãe-Canguru de Atenção ao Prematuro.

No mesmo período, procurou-se estruturar novas ações no campo do social por meio da criação de programas como o Programa de Apoio a Crianças e Jovens em Situação de Risco Social. Foram firmadas parcerias com órgãos como o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e a Aliança com o Adolescente pelo Desenvolvimento Sustentável no Nordeste, no âmbito do Programa de Desenvolvimento Local.

Durante o segundo período analisado, 2003-2008, os recursos do Fundo Social foram empregados para complementação de políticas de desenvolvimento regional e social de áreas de baixa renda, em convergência com programas federais destinados a setores sociais básicos e territórios com baixo nível de desenvolvimento relativo e regiões de extrema pobreza.

A partir de 2008, foram negociados e firmados convênios com “parceiros estratégicos”, como estados, ministérios e fundações privadas, que atuarão como cofinanciadores e responsáveis pela gestão de projetos de geração de emprego e renda executados por terceiros.

Símbolos, abreviaturas, siglas e convenções

BIRD – Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento
BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BSCUP – Banco de Sangue de Cordão Umbilical e Placentário
CAEC – Cooperativa de Catadores Agentes Ecológicos de Canabrava
CEMO – Centro de Transplante de Medula Óssea do Instituto Nacional de Câncer
CODEFAT – Conselho Deliberativo do FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador)
CTH – célula-tronco hematopoiética ou hematopoética
Eximbank – *Export-Import Bank of the United States*
Finsocial – Fundo de Investimento Social
INCA – Instituto Nacional de Câncer
LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social
MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
PMAT – Programa de Modernização da Administração Tributária
PMI – Projetos Multissetoriais Integrados Urbanos
Rede BrasilCord – Rede Nacional de Bancos de Sangue de Cordão Umbilical e Placentário para Transplantes de Células-Tronco Hematopoiéticas
REDOME – Registro Nacional de Doadores de Medula Óssea
REREME – Registro Nacional de Receptores de Medula Óssea
SCUP – sangue de cordão umbilical e placentário
SUS – Sistema Único de Saúde

Sumário

	Introdução	7
I.	Histórico	8
I.1.	O BNDES	8
I.2.	A Área Social do BNDES	9
I.3.	O Fundo Social	10
II.	Evolução do Fundo Social – 1997-2002.....	13
II.1.	Resoluções e decisões no período 1997-2002	15
II.2.	Redes Locais de Atenção à Criança e ao Adolescente	16
II.3.	Saúde.....	21
II.4.	Educação e cultura.....	22
II.4.1.	Arte e Cultura – “Transformando com Arte”	23
II.4.1.1.	Memória Gráfica.....	24
II.5.	Redes ampliadas	28
II.5.1.	Lar Fabiano de Cristo	28
II.6.	Autogestão	35
II.6.1.	APAEB	35
II.7.	Desenvolvimento local	47
II.8.	Síntese do primeiro período do Fundo Social	48
III.	Evolução do Fundo Social: 2003-2008.....	51
III.1.	Resoluções e decisões no período 2003-2008	51
III.2.	Apoio a projetos de catadores de materiais recicláveis	56
III.2.1.	CAEC.....	59
III.3.	Saúde.....	62
III.3.1.	Rede BrasilCord.....	63
III.4.	Síntese do segundo período do Fundo Social.....	72
III.5.	Plataforma BNDES – uma visão externa.....	73
IV.	Tendências para o futuro	75
IV.1.	Planejamento corporativo	75
IV.2.	Parcerias estratégicas	76
IV.3.	Área de Meio Ambiente e Departamento de Articulação.....	79
	Conclusões	80
	Referências bibliográficas	82

Fotografias

Oficina da Memória Gráfica – Belo Horizonte (MG)	25
“Histórias de BH” – cordel coletivo	26
“Poemas engavetados”	27
Curso profissionalizante de marcenaria – UPI Fernando Melo – Fortaleza (CE)	30
Curso de confecção – UPI Maria Alice – Fortaleza (CE).....	31
Construção de casas com tijolos de solo-cimento – Xerém (RJ).....	34
Secagem do sisal	37
Fabricação de tapetes	37
Batedeira comunitária de sisal	38
Separação da bucha do resíduo do sisal, para produção de ração.....	39
Posto de trocas, posto de vendas ou supermercado	40
Unidade Calçada – Salvador (BA). Linha de produção de garrafas PET, em fase pré-operacional.....	59
Prensagem de material no Shopping Center Iguatemi – Salvador.....	60
Unidade Lauro de Freitas – Salvador – material enfardado no caminhão do comprador.....	61
Contêineres para captação de materiais recicláveis instalados no Condomínio Residencial Pituba Ville, em Salvador (BA).....	62
Placa de metal com bolsa de células-tronco de SCUP.....	67
BioArquivos do Banco de Sangue de Cordão Umbilical e Placentário do INCA.....	71

Tabelas

Distribuição da participação do BNDES por projeto de rede local	20
Participantes no programa Jovem Aprendiz	32
Classificação dos municípios segundo Índice Geral de Desenvolvimento Econômico e PIB.....	46
População residente conforme sexo.....	46
Distribuição populacional segundo setores urbano e rural e renda média dos chefes de domicílio	47
Unidades de SCUP por hemocentro da Rede BrasilCord.....	71

Introdução

Este trabalho tem como objetivo apresentar a trajetória do Fundo Social do BNDES desde sua criação, em 1997, procurando identificar tendências do processo de análise e concessão de recursos e critérios empregados para eleição de projetos e entidades executoras.

A metodologia de pesquisa incluiu revisão bibliográfica com destaque para os atos oficiais do BNDES que dizem respeito ao Fundo Social, acesso à internet e entrevistas, com a finalidade de complementar as informações provenientes de fontes documentais.

Como método de organização, com fins didáticos, a evolução histórica do Fundo Social foi apresentada em dois períodos distintos:

- a) De 1997, ano da criação do Fundo Social, a 2002, último ano do governo Fernando Henrique Cardoso, quando foram publicados os últimos volumes da série “BNDES Social”, em especial “A experiência da Área de Desenvolvimento Social no período 1996/2002”;
- b) De 2003, primeiro ano do governo Luís Inácio Lula da Silva, até os dias atuais.

É importante esclarecer que os períodos históricos não são estanques. Frequentemente, os projetos enquadrados para serem apoiados com recursos do Fundo Social na vigência de determinadas normas são executados quando a normatização já foi alterada, de forma a possibilitar a continuidade das operações. Isto pode ser observado nos casos de apoio a projetos aqui apresentados com o objetivo de ilustrar os conceitos expostos.

I. Histórico

I.1. O BNDES

A Lei nº 1.474, de 26/11/1951, designou recursos oriundos de empréstimo compulsório, cobrado através de um adicional ao Imposto de Renda, a um fundo financeiro destinado exclusivamente aos projetos do Programa de Reparcelamento Econômico, que também deveria contar com recursos externos, provenientes do BIRD – Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento e do Eximbank – *Export-Import Bank of the United States*. A cobrança do empréstimo compulsório, que originalmente deveria extinguir-se em 1956, estendeu-se até 1966.

Em 20/06/1952, durante o segundo governo Vargas, a Lei nº 1.628 criou o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico – BNDE¹ –, dotado de autonomia administrativa e personalidade jurídica própria, sob jurisdição do Ministério da Fazenda, para financiar a ampliação industrial do País e ser o principal instrumento da política nacional de desenvolvimento, tendo como principais funções executar a legislação específica do Programa de Reparcelamento Econômico e atuar como agente do Tesouro Nacional nas operações financeiras referentes àquele programa, estabelecendo as linhas gerais para sua atividade e fixando sua organização, além de dar garantia do Tesouro a créditos externos.

A mesma lei criou fontes adicionais de recursos constituídas por: até 4% dos depósitos das Caixas Econômicas Federais; até 25% das reservas técnicas das companhias seguradoras; e até 3% da receita anual dos órgãos de Previdência Social (excluída a quota que cabe à União).

A política de financiamento do BNDES, a princípio, apoiou prioritariamente projetos de infra-estrutura, destinados a superar os pontos de estrangulamento da economia: entre 1953 e 1955, 54% dos desembolsos do BNDES foram destinados ao setor ferroviário e 22% à energia elétrica, cuja escassez ameaçava restringir as atividades produtivas.

¹ O BNDES nasceu “Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico – BNDE”. O “S” de “social” somente foi acrescentado em 1982. Para fins de padronização, adotaremos a grafia “BNDES” em todo o texto do presente trabalho.

Em 1954, foram aprovados os primeiros projetos para produção de aço e entre 1958 e 1967 cerca de 50% dos recursos liberados pelo BNDES foram destinados à siderurgia. O apoio do BNDES a esses setores precedeu a criação da Rede Ferroviária Federal S. A. – RFFSA (criada em 1957 e extinta em 1999) –; das Centrais Elétricas do Brasil – Eletrobrás – (criadas em 1962 para coordenar as empresas do setor elétrico); e da Siderurgia Brasileira S.A. – Siderbrás –, *holding* para o controle e coordenação da produção siderúrgica estatal (criada em 1974 e extinta em 1990).

A concentração das liberações de recursos do BNDES no período de sua criação até 1996 foi documentada por Ana Cláudia Além (1997):

“Desde a sua criação até o início dos anos 60, o BNDES concentrou seus financiamentos nos setores de transporte, energia e siderurgia. A partir de meados da década de 60, diversificou suas atividades, ampliando sua área de atuação e aumentando o financiamento ao setor privado. A partir de 1974, constituiu-se no principal instrumento de execução do II PND, que promoveu o maior esforço de modificação estrutural na economia brasileira desde o Plano de Metas, cujo bloco de investimentos havia sido executado entre 1956 e 1961. Nesta fase, observou-se um aumento da participação dos financiamentos aos setores de bens de capital e insumos básicos nos desembolsos totais. Ao longo dos anos 80 e início da década de 90, houve uma significativa desaceleração dos desembolsos, o que refletiu, em grande medida, a retração dos investimentos públicos e privados, decorrente, principalmente, da alta instabilidade macroeconômica que caracterizou o período. A partir de 1994, com a estabilização macroeconômica e a conseqüente retomada do crescimento, ocorreu uma nova retomada dos financiamentos do BNDES, sendo que o total liberado em 1996 representou o melhor desempenho desde 1983.”

1.2. A Área Social do BNDES

Em 1982, durante o governo João Batista Figueiredo, o Decreto-Lei 1.940 instituiu o Fundo de Investimento Social – Finsocial – com recursos oriundos de contribuição social sobre venda de mercadorias e serviços e receita de instituições financeiras, destinados a custear investimentos em alimentação, habitação popular, saúde, educação e amparo ao pequeno agricultor. Além disso, designou o BNDES gestor do Finsocial, cabendo-lhe aplicar os recursos segundo orientação estabelecida pela Presidência da República, e alterou seu nome para “Banco de Desenvolvimento Econômico e Social”.

No mesmo ano, foi criada a Área de Projetos IV – Finsocial –, responsável pela aplicação dos recursos do Finsocial, que em 1989 passou a chamar-se Área de Operações Sociais.

Em 1990, durante o governo Fernando Collor de Mello, o Finsocial foi extinto, assim como a Área de Operações Sociais. O BNDES, contudo, manteve o “Social” em seu nome e o “S” em sua sigla.

Em 1996, durante o primeiro mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso, em resposta às demandas por ações no campo social, oriundas principalmente do Conselho Deliberativo do FAT – CODEFAT – e da Comunidade Solidária, a Área Social do BNDES tornou a ser criada, sob a denominação “Área de Desenvolvimento Regional e Social”. O presidente do BNDES era Luiz Carlos Mendonça de Barros e a primeira Diretora da nova Área Social foi Beatriz Azeredo.

“No campo social, especificamente, o Banco, nos anos 80, acumulou rica experiência na gestão de recursos do Finsocial. Tendo o país alcançado um patamar de desenvolvimento mais elevado, e em meio a um complexo quadro de mudanças dos padrões tecnológicos e de inserção internacional da economia brasileira, contribuir para o equacionamento dos problemas sociais exige um esforço redobrado.

Por isso, foi recriada, em fevereiro de 1996, a Área de Desenvolvimento Social. Desde então, colocou-se como desafio a elaboração de uma agenda capaz de compatibilizar ações voltadas para o enfrentamento das imensas questões sociais com as características típicas da ação do Banco, ou seja, a oferta de recursos financeiros de longo prazo, reembolsáveis. Isso se traduziu em uma diretriz básica destinada a promover a articulação e a integração entre o Estado brasileiro, a iniciativa privada e a sociedade organizada, visando à implementação de políticas públicas adequadas à nova etapa de desenvolvimento pela qual passa o país.” (AZEREDO, 2002: 3)

Em 2003, a denominação foi alterada para “Área de Inclusão Social”.²

1.3. O Fundo Social

Em 13/06/1997, o estatuto social do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES – foi alterado pelo Decreto 2.253, de forma a:

² Para efeito de padronização adotaremos a grafia “Área Social” em todo o texto do presente trabalho.

1) permitir ao BNDES:

“...efetuar aplicações não-reembolsáveis, destinadas especificamente a apoiar projetos, investimentos de caráter social, nas áreas de geração de emprego e renda, serviços urbanos, saúde, educação e desportos, justiça, alimentação, habitação, meio ambiente, desenvolvimento rural e outras vinculadas ao desenvolvimento regional e social, bem como projetos de natureza cultural, observadas as normas regulamentares expedidas pela Diretoria...” (BNDES – Estatuto, 1997)

2) possibilitar o financiamento dessas ações por meio de fundos específicos constituídos de recursos provenientes de:

“Dotações designadas no orçamento de aplicações do BNDES, correspondentes a até 10% de seu lucro líquido no ano anterior e limitadas a 0,5% do seu patrimônio líquido; e doações e transferências efetuadas ao BNDES para aquelas finalidades.” (BNDES – Estatuto, 1997)

Em 03/07/1997, por meio da Resolução 902/97, foi instituído o Fundo Social, destinado ao:

"...apoio financeiro não reembolsável de projetos de caráter social, direcionados prioritariamente à população carente, nos segmentos de geração de emprego e renda, serviços urbanos, saúde, educação e desporto, justiça, alimentação, habitação, meio-ambiente, cultura, desenvolvimento rural e outras ligadas ao desenvolvimento regional e social, observadas as diretrizes estabelecidas em regulamento a ser aprovado pela Diretoria do BNDES." (BNDES, 1997)

A mesma Resolução fixou o patrimônio inicial do Fundo Social em R\$ 24.000.000,00 (vinte e quatro milhões de reais) e determinou que seus recursos fossem originários de:

“I - Contribuição do BNDES, correspondente a até 10% (dez por cento) do seu lucro líquido do ano anterior, e limitada a 0,5% (meio por cento) do seu patrimônio líquido;

II - Recursos decorrentes da rentabilidade auferida com a aplicação das disponibilidades do Fundo Social...”

A Resolução 902/97 ainda estipulou que os recursos componentes do Fundo Social fossem sempre e integralmente destinados a projetos específicos, devidamente analisados e aprovados pelo BNDES, nas seguintes modalidades:

“I. apoio a projetos destinados à população carente, enquadrados em programas especificamente aprovados para esta finalidade, pela Diretoria do BNDES;

II. apoio complementar a projetos de caráter social, beneficiários de recursos reembolsáveis, destinado a:

- a. capacitação profissional dos agentes envolvidos nos projetos sociais, com o objetivo de formar profissionais que possibilitem a implementação, reprodução e auto-sustentação do projeto;
- b. realização de estudos, projetos e diagnósticos visando a formulação de soluções para questões sociais que integram projetos específicos passíveis de apoio;
- c. parcela de investimento integrante do projeto principal cujos benefícios sejam apropriados por população carente.” (BNDES, 1997)

Quanto aos beneficiários, a Resolução determinou:

“A colaboração financeira à conta do Fundo Social – FS será destinada a pessoas jurídicas de Direito Público interno e entidades sem fins lucrativos, públicas ou privadas, que:

- I. apresentem projetos enquadráveis (...)
- II. sejam beneficiárias de operações reembolsáveis...” (BNDES, 1997)

II. Evolução do Fundo Social – 1997-2002

Segundo Beatriz Azeredo, primeira Diretora da Área Social do BNDES após sua recriação, a opção pelo público eleito para ser apoiado com recursos do Fundo Social – crianças e jovens em situação de risco social – abrangeu ampla faixa etária e permitiu apoiar extensa gama de formas de atuação: projetos voltados para saúde, educação, informática, profissionalização, geração de renda etc.³

O BNDES deveria apoiar, com recursos não reembolsáveis, um setor de atuação sem retorno financeiro, utilizando os mesmos processos de análise de projetos empregados pelas demais áreas do BNDES. A natureza da fonte de recursos era nova, mas a natureza da concessão de recursos deveria permanecer inalterada: analisar projetos, identificar sua sustentabilidade, sua possibilidade de manutenção, suas condições de gestão etc. As regras para concessão de apoio financeiro não reembolsável com recursos do Fundo Social não eram negociáveis e diziam respeito, basicamente, à apresentação de documentação em dia, projeto detalhado, possibilidade de continuidade das ações, impactos projetados etc.

Na avaliação de Beatriz Azeredo, a postura adotada representou oportunidade para o BNDES adquirir experiência, assim como para as entidades do Terceiro Setor que pleitearam apoio financeiro adquirirem maior profissionalização.

Havia também o propósito, segundo Beatriz Azeredo, de utilizar os recursos do Fundo Social de forma a estruturar novas ações no campo do social. Sob esta ótica, foram criados os seguintes programas: Apoio a Crianças e Jovens em Situação de Risco Social; Fomento e Divulgação de Projetos Sociais; Apoio a Projetos Multissetoriais Integrados em Áreas de Extrema Pobreza; Desenvolvimento Local; Novo Programa de Apoio a Crianças e Jovens em Situação de Risco Social; e Apoio à Consolidação e Universalização da Atenção Básica em Saúde.

A estratégia adotada pela equipe da Área Social foi priorizar municípios com baixa renda. Ao receber demanda de uma dessas prefeituras para apoiar ações sociais pontuais, os técnicos e gerentes da Área Social propunham, como primeiro passo, um financiamento

³ Em entrevista concedida ao autor em novembro de 2008.

reembolsável, com recursos do PMAT – Programa de Modernização da Administração Tributária –, seguido por outro financiamento igualmente reembolsável, com recursos do PMI – Projetos Multissetoriais Integrados Urbanos. Por fim, uma colaboração financeira não reembolsável, com recursos do Fundo Social, para organizar a rede de atenção a crianças e jovens do município.

Estabelecia-se, assim, um diálogo estruturante com a administração municipal. Propunha-se o mapeamento do município e a elaboração de um plano de investimentos – que podia incluir uma creche, mas não se limitava a este tipo de ação. As prefeituras eram incentivadas a irem muito além do que pediam, quando solicitadas a responder às seguintes perguntas:

– Qual sua política de atenção a crianças e jovens? Quantas creches possuem? Onde estão? Qual é seu sistema de informação, controle e pagamento?

Segundo Beatriz Azeredo, seria desrespeitoso oferecer apenas os recursos do Fundo Social, menosprezando a capacidade de fortalecimento financeiro dos municípios.

Durante a análise dos projetos recebidos, a equipe da Área Social ouvia das secretarias municipais as dificuldades existentes e esclarecia que os projetos apoiados pelo BNDES não seriam exclusivos do poder público, mas sim coletivos, reunindo o poder público, o terceiro setor organizado e os representantes diretos da sociedade civil.

Para a ex-Diretora, os principais benefícios do Fundo Social são possibilitar ao BNDES atingir setores da sociedade que não atingiria com recursos reembolsáveis e tornar justo o acesso ao banco público de desenvolvimento, que precisa ser capaz de diversificar seus produtos para atender às demandas. O orçamento do Fundo Social é pequeno, marginal em relação ao orçamento da Área Social e – principalmente – do BNDES, mas representa um volume relevante de recursos disponíveis em geral para investimentos sociais.

II.1. Resoluções e decisões no período 1997-2002

A regulamentação do Fundo Social apresenta alguns grandes marcos, que delimitam os contornos de sua aplicação, definem o público-alvo de seus recursos, criam programas e introduzem correções de rumo. Além da Resolução 902/97, de 03/07/1997, merecem destaque os seguintes atos oficiais:⁴

23/10/1997 – Resolução 917/97 – aprovou o regulamento do Fundo Social, definindo formas de apresentação, análise e aprovação das operações, condições necessárias à sua formalização e obrigações especiais dos beneficiários. Aprovou também o **Programa de Apoio a Crianças e Jovens em Situação de Risco Social** e o **Programa de Fomento e Divulgação de Projetos Sociais**.

18/03/1998 – Resolução 926/98 – estendeu o alcance dos recursos do Fundo Social às **empresas autogestionárias**:

"...as aplicações do Fundo Social serão realizadas nas seguintes modalidades:

(...) suporte e orientação técnica ao desenvolvimento dos processos de planejamento, administração e controle de empresa autogestionária, aperfeiçoamento do seu processo produtivo, capacitação da mão-de-obra, treinamento gerencial e programas de educação formal básica e de segurança do trabalho. (...) empresas autogestionárias, como tal entendidas aquelas em que o conjunto dos trabalhadores detém o controle e a gestão da empresa, que apresentem projetos enquadráveis..."

10/03/1998 – Decisão de Diretoria nº 100/98 – instituiu o **Programa de Apoio a Projetos Multissetoriais Integrados em Áreas de Extrema Pobreza**.

07/02/2000 – Decisão de Diretoria nº 043/2000 – criou o **Programa de Desenvolvimento Local**.

⁴ Resolução: ato oficial normativo de caráter permanente, de competência do Conselho de Administração e da Diretoria. Tem por finalidade fixar, em âmbito interno, a política de atuação do BNDES e estabelecer normas básicas de gestão, princípios e diretrizes; políticas operacionais, programas, fundos e linhas de crédito; organização interna e atribuições das Unidades Fundamentais do BNDES.

Decisão: ato oficial não normativo, de competência do Conselho de Administração, da Diretoria e do Presidente do BNDES, de conteúdo específico ou de caráter transitório. Tem por finalidade deliberar sobre matéria de competência de autoridade, tendo como objeto a interpretação de disposições contidas em atos normativos ou a deliberação acerca de um caso concreto. (BNDES, 2008f)

05/02/2001 – Decisão de Diretoria 53/2001 – aprovou o novo **Programa de Apoio a Crianças e Jovens em Situação de Risco Social**, possibilitando a implantação das **Redes Ampliadas**.

08/07/2002 – Decisão de Diretoria nº 400/2002 – alterou o Programa de Apoio a Crianças e Jovens em Situação de Risco Social, incluindo a linha de atuação “**Arte e Cultura**”, tendo por objetivo geral:

“contribuir para a formulação, a consolidação e a melhoria de políticas públicas voltadas para a infância e a juventude, através:

- do apoio financeiro a projetos e iniciativas sociais voltados ao atendimento de crianças e jovens em situação de risco pessoal e social, que priorizem a arte e a cultura, nas variadas linguagens e expressões, em processos educativos de formação para a vida e para a cidadania;
- do desenvolvimento de ações que promovam e aprofundem o conhecimento referente ao assunto, através da identificação, do mapeamento e da divulgação de projetos e iniciativas com o referido foco de atuação.”

15/07/2002 – Decisão de Diretoria nº 410/2002 – criou o **Programa de Apoio à Consolidação e Universalização da Atenção Básica em Saúde**.

02/12/2002 – Decisão de Diretoria nº 793/2002 – autorizou a realização de atendimentos em centros de tratamento de oncologia pediátrica, em parceria com a Fundação Banco do Brasil.

II.2. Redes Locais de Atenção à Criança e ao Adolescente

Em 1999, fazia-se necessário consolidar a política de assistência social regulamentada pela Constituição Federal de 1988, pela Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS (Lei 8.742/93) – e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (Lei 8.069/90).

A **Constituição de 1988** dispôs:

- a) Em seu artigo 194: “A *seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social*”.
- b) No artigo 227: “*É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.*”

O Estatuto da Criança e do Adolescente determinou em seu artigo 86: “A *política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente far-se-á através de um conjunto articulado de ações governamentais e não-governamentais, da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios*”.

Em seu artigo 88, foram elencados como diretrizes da política de atendimento:

“I – municipalização do atendimento;

II – criação de conselhos municipais, estaduais e nacional dos direitos da criança e do adolescente, órgãos deliberativos e controladores das ações em todos os níveis, assegurada a participação popular paritária por meio de organizações representativas, segundo leis federal, estaduais e municipais;

III – criação e manutenção de programas específicos, observada a descentralização político-administrativa;

IV – manutenção de fundos nacional, estaduais e municipais vinculados aos respectivos conselhos dos direitos da criança e do adolescente;

V – integração operacional de órgãos do Judiciário, Ministério Público, Defensoria, Segurança Pública e Assistência Social, preferencialmente em um mesmo local, para efeito de agilização do atendimento inicial a adolescente a quem se atribua autoria de ato infracional;

VI – mobilização da opinião pública no sentido da indispensável participação dos diversos segmentos da sociedade.” (BRASIL, 1990)⁵

A **Lei Orgânica da Assistência Social** determinou que “as **ações de assistência** devem ser organizadas em um **sistema descentralizado e participativo** construído por

⁵ Redação alterada pela lei nº 12.010, de 03/08/2009.

entidades e organizações de assistência social – governamentais ou não – e por um conjunto de instâncias deliberativas composto pelos diversos setores envolvidos na área que articulem meios, esforços e recursos para sua consecução.” (BNDES, 2002b, p. 13)

“A linha de apoio Redes Locais de Atenção à Criança e ao Adolescente foi criada, em 1999, no âmbito do Programa de Apoio a Crianças e Jovens em Situação de Risco Social, com recursos não-reembolsáveis do Fundo Social, fruto de uma estratégia complementar que buscava enfatizar o papel do poder público nos aspectos normativo, articulador e indutor de boas práticas sociais, de modernização da gestão do social e de definição do município como *locus* fundamental de execução de políticas sociais. Ao mesmo tempo, essa perspectiva possibilitaria ao BNDES desenvolver uma atuação sistêmica e estruturante na aplicação dos recursos do Fundo Social, considerando o território das cidades.

(...)

As Redes Locais de Atenção à Criança e ao Adolescente devem buscar:

- a ação integrada das diversas políticas públicas voltadas à promoção social e ao resgate dos direitos de cidadania da criança e do adolescente;
- a articulação entre ações governamentais e não-governamentais na assistência à criança e ao adolescente;
- a complementaridade dos diversos programas e serviços voltados para a população infanto-juvenil;
- a introdução de mecanismos de acompanhamento e avaliação; e
- a participação da sociedade civil na política de atendimento, de forma ampliada e a qualquer tempo.” (BARBOSA, Ana Christina Moreno Maia. Políticas de Atenção Integral – Redes Locais de Atenção à Criança e ao Adolescente. In: AZEREDO, 2002: 108)

Os princípios estruturadores da política de atendimento são:

- **Articulação:** os atores envolvidos no trabalho com a criança e o adolescente agem de forma convergente e complementar;
- **Descentralização:** o município é o *locus* onde as ações de atenção à criança e ao adolescente são integradas e articuladas;
- **Participação da população,** mediante a constituição dos Conselhos de Defesa dos Direitos da Criança e Adolescente, nas órbitas federal, estadual e municipal, e dos Conselhos Tutelares, em âmbito municipal;
- **Sustentabilidade:** o Estatuto da Criança e do Adolescente institui fundos constituídos por recursos orçamentários, transferências e doações de pessoas físicas e

jurídicas, com incentivo fiscal, sob gestão dos Conselhos de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente;

- Mobilização da sociedade civil para fortalecer sua representatividade nos Conselhos de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente.

“O programa tem como finalidade, através do apoio a iniciativas governamentais e não-governamentais, contribuir para o resgate da cidadania e para a promoção social da população infanto-juvenil em situação de risco pessoal e social, bem como colaborar com iniciativas que reflitam os conceitos de democratização de oportunidades de formação e crescimento pessoal. Os projetos devem ter como objetivos a consolidação, a melhoria e a expansão de ações complementares de atendimento, com a perspectiva de reforçar a sinergia derivada da articulação entre o setor público e o setor privado. As ações priorizadas são as de assistência e promoção social, complementares às políticas sociais setoriais de caráter universal, e também outras específicas, quando em situações que requeiram medidas de proteção especial ou socioeducativas. As ações priorizadas têm o sentido de contribuir para maior eficácia das políticas sociais e de focar no público mais vulnerável pela pobreza e exclusão.” (BARBOSA, 2002: 9)

“Ressalte-se que o "Programa de Apoio a Crianças e Jovens em Situação de Risco Social", lançado em 23.10.97, refletiu a preocupação da AS [Área Social do BNDES] em circunscrever o público alvo, destinando os recursos exclusivamente à parcela mais frágil da população brasileira, obedecendo os preceitos estabelecidos no Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (...) Os recursos destinaram-se a governos municipais e a instituições não governamentais para projetos de atenção às crianças e jovens em situação de risco pessoal e social. (...) no caso dos municípios, incentivou-se a estruturação sistêmica do atendimento às crianças em situação de risco, conforme previsto no ECA. No caso das organizações não governamentais, foram apoiadas experiências estruturadas, com parcerias estabelecidas e reconhecidas pelos resultados já alcançados.

A partir da experiência dos primeiros anos de trabalho, desenhou-se uma nova proposta para aplicação dos recursos do Fundo Social nessa modalidade. O público alvo permaneceu sendo crianças e jovens oriundos de famílias de baixa renda, estendendo-se o apoio, de forma acessória, às suas famílias (...) Saúde, educação e atenção à criança passaram a ser os focos de atuação. Dentro desses três setores, foram alinhados temas específicos, que, observados sob a vigência do Programa anterior, mostraram um alto grau de sinergia com as ações governamentais e mesmo a possibilidade de transformarem-se em políticas públicas.

Vale esclarecer que o Programa de Apoio a Crianças e Jovens em Situação de Risco Social (...) teve sua vigência encerrada em 05.02.2003.” (BNDES, 2003: 2)

**DISTRIBUIÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DO BNDES
POR PROJETO DE REDE LOCAL**

<i>Rede</i>	<i>UF</i>	<i>População do Município</i>	<i>Participação do BNDES</i>	<i>Valor do Projeto</i>
Belém	PA	1.280.614	1.236.820,00	1.697.340,00
Maceió	AL	797.759	659.400,00	823.000,00
Vitória da Conquista	BA	262.494	1.063.170,38	1.884.150,00
Teresina (PMI)	PI	715.360	240.000,00	240.000,00
Aracaju	SE	461.534	1.008.521,16	1.262.520,00
Vitória	ES	292.304	1.768.930,00	2.586.235,00
Belo Horizonte	MG	2.238.526	1.734.000,00	2.300.850,00
FIA (RMRJ)	RJ	9.910.472	2.942.971,00	4.627.669,00
Presidente Prudente	SP	189.186	541.063,00	676.329,00
Curitiba	PR	1.587.315	1.074.893,00	2.216.607,00
Florianópolis	SC	342.315	902.000,00	1.100.000,00
Caxias do Sul	RS	360.419	569.116,58	708.382,58
Porto Alegre	RS	1.360.590	1.043.030,00	1.392.770,00
Total		19.798.888	14.783.915,12	21.515.852,58

Distribuição da participação do BNDES por projeto de rede local. Fonte: Barbosa, 2002: 44

O impacto esperado das ações das Redes Locais contemplava:

- melhoria da gestão da política de atendimento, contemplando os três eixos: promoção, defesa e controle social;
- fortalecimento do gerenciamento da atenção à criança e ao adolescente no município, com o desenvolvimento de um sistema de informações que permita às instituições e à população:
 - conhecer e dimensionar o problema social da localidade,
 - conhecer e dimensionar o atendimento prestado por organizações governamentais e não-governamentais e
 - acompanhar e avaliar esse atendimento, sua implementação, custos e resultados;
- melhoria do funcionamento dos Conselhos de Direitos e Tutelares e outros elos institucionais da Rede, principalmente através da capacitação dos recursos humanos; ampliação da abrangência, racionalização e melhoria da qualidade do atendimento, priorizando parcerias; e
- fortalecimento do Fundo Municipal para a Infância e a Adolescência, através da formulação de planos de sustentabilidade e captação planejada de recursos, visando assegurar a finalidade principal dos projetos, sua continuidade e qualidade, explorando, inclusive, o potencial de doações da sociedade civil e os recursos oriundos de incentivo fiscal.” (BARBOSA, 2002: 35-36)

II.3. Saúde

Os recursos do Fundo Social foram utilizados, no período 1997-2002, para apoiar diversas ações na área da saúde pública, como:

- Atendimento extra-hospitalar a crianças provenientes de famílias de baixa renda e portadoras de doenças graves, oferecido por organizações não governamentais, como Renascer, Ressurgir e Refazer, em articulação com hospitais públicos;
- Combate à desnutrição infantil: Rede de Combate à Desnutrição Infantil – Centro de Recuperação e Educação Nutricional de São Paulo – CREN – manuais e portal da coleção Vencendo a Desnutrição;
- Capacitação e formação de profissionais para as equipes de Saúde da Família, a cargo das universidades públicas.
- Método Mãe-Canguru de Atenção ao Prematuro: para tratamento de prematuros e recém-nascidos de baixo peso, desenvolvido pelos doutores Héctor Martínez e Edgar Rey Sanabria, do Hospital San Juan de Dios – Instituto Materno-Infantil – de Bogotá, Colômbia, em fins da década de 1970. Este método consiste em retirar os bebês das incubadoras – contanto que tenham condições favoráveis de saúde – e mantê-los em contato com o corpo da mãe, com sua cabeça próxima ao coração da mãe. Os bebês assim tratados apresentam excelentes resultados quanto à estabilidade da temperatura e dos batimentos cardíacos, além do estreitamento dos laços afetivos entre a mãe e o bebê e da possibilidade da amamentação, o que não acontece quando a mãe e o bebê são separados, no método “tradicional”, da incubadora. O Projeto Mãe-Canguru, realizado pelo Instituto Materno-Infantil de Pernambuco – IMIP – foi um dos finalistas, em 1997, do prêmio “Gestão Pública e Cidadania”, realizado pela Fundação Ford e pela Fundação Getulio Vargas. O BNDES apoiou, com recursos do Fundo Social, a expansão da enfermaria Mãe-Canguru do IMIP e apoiou a divulgação do método no Brasil, tendo em vista que seus benefícios se estendem a qualquer bebê prematuro. Posteriormente, o Ministério da Saúde, com o apoio do BNDES, em parceria com a Fundação Orsa, promoveu um amplo projeto de divulgação do método em

todo o Brasil. Segundo a ex-Diretora da Área Social, Beatriz Azeredo,⁶ tratou-se de um expressivo exemplo de apoio do BNDES a iniciativas com potencial para tornarem-se políticas públicas.

“O Método Mãe-Canguru tem o mérito de aliar um atendimento mais humanizado e de melhor qualidade a custos mais baixos, permitindo que se atenda a um maior número de bebês prematuros. É um excelente instrumento para a boa política de saúde do país.” (José Serra, ex-ministro da Saúde. In BNDES, 2001: 2)

- Sociedade Amigos do Coração – Hospital Getúlio Vargas, Niterói.
- Pró-Criança Cardíaca – Rio de Janeiro.

II.4. Educação e cultura

Os recursos do Fundo Social foram empregados em duas linhas de apoio ligadas à educação, constantes do Programa de Apoio a Crianças e Jovens em Situação de Risco Social: Novas Metodologias de Ensino Interativo: Informática e Interconectividade e Educação Rural⁷.

Outra vertente foi o apoio a projetos de ensino e divulgação de ciências, de que foram exemplos o Museu de Ciências Morfológicas da UFMG, em Belo Horizonte (MG), a Oficina da Ciência da Prefeitura Municipal de Campina Grande (PB), a Organização de Auxílio Fraternal – OAF –, em Salvador (BA), e a Fundação CECIERJ – Centro de Ciências e Educação Superior a Distância do Estado do Rio de Janeiro (RJ).

Merece também registro a assim chamada “Educação no cárcere”:

“Estudos realizados em 2004 identificaram oportunidade de atuação do BNDES em projetos ligados à educação de jovens e adultos em conflito com a lei.

Verificou-se que a população adulta encarcerada é predominantemente de homens cada vez mais jovens, praticamente analfabetos e sem qualificação para o mercado de trabalho. Cerca

⁶ Em entrevista concedida ao autor em novembro de 2008.

⁷ Vide APAEB, em apresentação de casos de autogestão.

de 30% deles não cometeram crimes violentos e poderiam estar inseridos na sociedade, com o apoio de projetos de educação.

Experiências identificadas de sistemas alternativos às prisões tradicionais revelam resultados bastante positivos de redução do custo por preso, queda no índice de fuga e de reincidência, além da maior capacidade de reintegração à sociedade.

O BNDES aprovou financiamento à Associação de Proteção e Assistência Carcerária de Birigüi (Apac), localizada no município de Birigüi (SP), destinado à implantação do Projeto Vivendo e Aprendendo, para a educação e ressocialização de adultos presos.

(...)

Em 2004, foi também estruturado um projeto-piloto envolvendo o Tribunal de Justiça de Minas Gerais e o governo do estado, no sentido de ampliar a área de atuação do Projeto Novos Rumos, de incentivo à disseminação da metodologia da Apac no trato da questão penitenciária.” (BNDES, 2005c)

II.4.1. Arte e Cultura – “Transformando com Arte”

Entre 1999 e 2002, foram realizados pelo BNDES três seminários denominados “Transformando com Arte: Compartilhando Experiências”, quando foram apresentadas iniciativas de ações educativas empreendidas por instituições não governamentais, utilizando diferentes expressões artísticas e culturais, testemunho de jovens participantes dos projetos, emprego de arte e educação no ensino formal e público e a experiência de instituições de fomento a projetos sociais com esse perfil.

Foram também realizadas, no mesmo período, três edições da mostra “BNDES Arte em Ação Social” com espetáculos de dança e música e a participação da companhia Ballet Stagium e da Escola Nacional de Circo, como convidadas especiais.

Em julho de 2002, no âmbito do Programa de Apoio a Crianças e Jovens em Situação de Risco Social, foi criada a linha de financiamento “Transformando com Arte”, destinada a apoiar projetos de atendimento por meio da arte e da cultura, encaradas como meio de construção de autoestima e identidade.

“A atividade artístico-cultural tem se revelado um poderoso instrumento de formação, educação e socialização para a vida e para a cidadania. (...) a utilização dessas atividades, numa perspectiva pedagógica e formadora, permite trabalhar elementos importantes para a construção e o resgate de valores, de auto-estima e de identidade, assim como propicia o sentimento de pertencimento e a consciência da necessária disciplina e esforço

individuais e coletivos para o atingimento de metas estabelecidas. Propicia, também, o interesse pela preservação, valorização e reinterpretação das diferentes formas de identidade e cultura, sejam locais, regionais, nacionais ou globais.

Por sua natureza, essas atividades despertam e encontram o interesse natural da juventude pela música, pela dança, pelas artes plásticas, audiovisuais, teatrais, multimídias e tantas outras atividades, a exemplo dos esportes. Além de revelar aptidões e talentos, essas vivências mobilizam outras habilidades que, por sua transversalidade, reforçam o aprendizado de outras disciplinas do ensino formal.

Além disso, geram oportunidades de trabalho e renda, mediante a capacitação específica para as demandas do setor artístico e cultural, proporcionando maior dinamismo nesse campo. Com relação à formação profissional em geral, contribuem para a criação de uma postura criativa e proativa, cada vez mais fundamental no novo mundo do trabalho. Estimulam, sobretudo, a liberdade de sonhar, mediante a abertura de novos horizontes e de espaços externos e internos para o lúdico, recolocando a expectativa de transformar.

Por tudo isso, representam um avanço em relação às raízes históricas da política pública brasileira para esse segmento da população, centrada na linha do assistencialismo e da tutela. Nesse sentido, apontam na direção de uma educação integral e de uma prática mais abrangente de formação, agregando, à busca dos direitos básicos, a aposta no potencial criativo, elemento propulsor de transformações pessoais, sociais e culturais...” (COSTA, Cláudia Soares. Arte e Cultura. In: AZEREDO, 2002: 99-101)

II.4.1.1. Memória Gráfica

Memória Gráfica – Typographia Escola de Gravura – é uma sociedade civil sem fins lucrativos, fundada em abril de 1999, em Belo Horizonte (MG), com os seguintes objetivos declarados em seu estatuto social:

“Valorizar a arte como forma de expressão, enaltecendo a gravura, as artes gráficas e todas as manifestações artísticas como essenciais para a formação e o desenvolvimento cultural da sociedade – especialmente de comunidades desfavorecidas e do meio artístico profissional e em formação”;

“Formação de pessoal especializado para atividades pedagógicas e de criação em artes, sobretudo para a educação de comunidades em situação de risco pessoal e social”;

“Desenvolvimento de estudo, pesquisas, inventários e edições”.

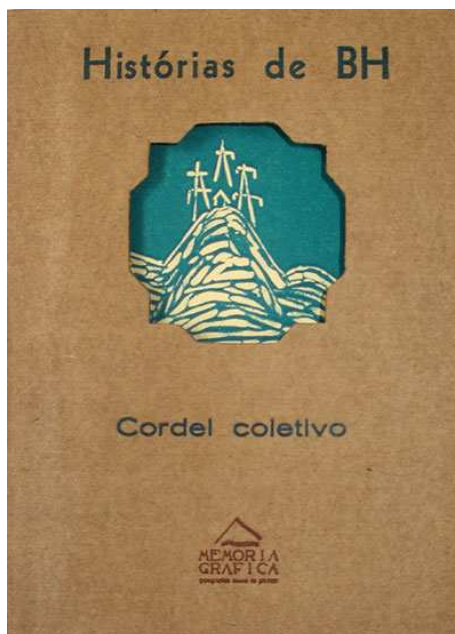


Oficina da Memória Gráfica – Belo Horizonte (MG) – novembro de 2006. Foto do autor

Seus fundadores possuíam experiência anterior, tanto na área artística e tipográfica quanto no trabalho com jovens e adolescentes, e obtiveram autorização da Secretaria de Estado da Justiça e de Direitos Humanos de Minas Gerais para utilizar o espaço físico e o maquinário da gráfica da extinta Fundação para o Bem Estar do Menor – FEBEM –, no terreno do presídio feminino de Belo Horizonte, com a finalidade de desenvolver atendimento de adolescentes em “situação de risco social” e “em conflito com a lei”.

Por meio de parcerias, convênios, comodatos e contratos com órgãos públicos e empresas privadas, a instituição resgata equipamentos obsoletos e abandonados, restaura-os e os utiliza para desenvolver as seguintes atividades de atendimento: oficinas e cursos de formação artística e gráfica (gravura, impressão gráfica, computação gráfica, encadernação, acabamento e papelaria); cordel de rua e edição de literatura de cordel, a partir de histórias contadas pelos adolescentes atendidos nas oficinas; edição do jornal da Memória Gráfica; edição de “obras primorosas” (livros de arte, textos e críticas sobre artistas mineiros); ensaio sobre os costumes africanos, buscando semelhanças entre as culturas brasileira, americana e europeia; poesia; Gravura na Praça (oficinas itinerantes de desenho e gravura, realizadas em praças públicas de seis municípios mineiros); e passeios pela cidade de Belo Horizonte para visitar museus, conhecer a cidade e assistir a filmes e espetáculos musicais.

A Memória Gráfica integra o Fórum Municipal da Criança e do Adolescente. Suas oficinas recebem adolescentes que cumprem medida sócio-educativa de internação no Centro de Atendimento do Adolescente e no Centro de Internação Provisória da Secretaria de Estado da Justiça e dos Direitos Humanos.



“Histórias de BH” – cordel coletivo – fonte: <http://www.memoriagrafica.org.br/edi-alunos.htm#>.
Acesso em 14/10/2009

A Oficina de Comunicação e Expressão é realizada duas vezes por semana, totalizando 10 horas semanais. Sua proposta pedagógica, desde o início, foi a produção de livro-objeto. Foram idealizadas, a princípio, atividades para exercitar a oralidade: brincadeiras em grupo, visando a transposição do símbolo para a comunicação corporal, leituras de poesia em voz alta, trabalho com ritmo a partir de brincadeiras de roda e criação de novas brincadeiras por educadores e educandos, como, por exemplo, um jogo de rimas improvisadas. Percebeu-se, posteriormente, que a escrita, mais do que qualquer outra disciplina do conhecimento, está intimamente ligada à autoestima. Um dos resultados desta oficina foi a produção do livro-objeto “Poemas Engavetados”, da jovem Joice Gonçalves.

Em julho de 2006, cerca de 50 adolescentes eram atendidos na sede da instituição e oito no Centro de Internação Provisória.



“Poemas engavetados” – fonte: <http://www.memoriagrafica.org.br/ed-alunos.htm#>. Acesso em 14/10/2009

Além disso, a Memória Gráfica foi eleita pelo Ministério da Cultura como “ponto de cultura”: um centro cultural para “populações excluídas”, escolhido por edital entre iniciativas já existentes em comunidades rurais, carentes, indígenas, de periferia ou de portadores de deficiência. Os “pontos de cultura” recebem repasses financeiros semestrais, vinculados ao controle financeiro e à avaliação dos resultados dos projetos.

A equipe de trabalho da Memória Gráfica é composta, geralmente, por uma assistente social e educadores especializados em gravura, editoração eletrônica, produção gráfica, artes plásticas, língua portuguesa etc. A área administrativa, que compreende informática, prestação de contas aos financiadores etc., é um ponto frágil, pois a equipe não conta com profissionais especializados. De acordo com a presidente, as principais dificuldades do projeto são a manutenção das oficinas e o recrutamento da equipe.

A Memória Gráfica possui sítio na Internet,⁸ inaugurado em dezembro de 2006, na abertura da 6ª exposição dos trabalhos, gravuras e produtos dos jovens da Memória Gráfica, na galeria Paulo Campos Guimarães, da Biblioteca Pública Estadual Luis de Bessa. A produção das oficinas artísticas tem sido levada a outras exposições, como a Feira Municipal de Arte e Cultura.

Os principais parceiros não financeiros têm sido: Secretaria de Estado da Justiça e de Direitos Humanos de Minas Gerais; Secretaria de Estado do Trabalho, da Assistência Social,

⁸ www.memoriagrafica.org.br.

da Criança e do Adolescente de Minas Gerais; Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente; Prefeitura de Belo Horizonte; Programa Miguilim; Instituto Marista de Solidariedade e Centro Popular de Cultura e Desenvolvimento.

Além do BNDES, cujo apoio à Memória Gráfica ocorreu entre julho de 2003 e novembro de 2005, os principais financiadores da Memória Gráfica foram USIMINAS – Usinas de Minas Gerais S.A., Telemig Celular e Instituto Ayrton Senna.

II.5. Redes ampliadas

A linha de atuação Redes Ampliadas foi criada em 05/02/2001, no âmbito do Programa de Apoio a Crianças e Jovens em Situação de Risco Social.

O objetivo, mais uma vez, era maximizar o impacto dos recursos do Fundo Social. A opção pelo apoio a redes de assistência já existentes buscava ganhar velocidade no atendimento a crianças e jovens. As primeiras instituições parceiras nesta forma de atuação foram a Pastoral da Criança e o Lar Fabiano de Cristo, que já atuavam em redes, devido à sua própria natureza, e tratavam-se de “...entidades que atuem de forma integrada, compartilhando os recursos existentes, atendendo ao público-alvo do programa, em âmbito regional ou nacional, de forma abrangente ou abordando um único problema/tema”. (CAMERON, Márcio Antonio. *Redes Ampliadas*. In: AZEREDO, 2002: 118)

II.5.1. Lar Fabiano de Cristo⁹

O Lar Fabiano de Cristo¹⁰ foi fundado em 1958 por homens ligados à carreira militar, com a proposta de “*acolher de 6 a 10 crianças em casas, onde ficariam aos cuidados de pais de adoção que pudessem dispensar-lhes atenções individualizadas, como se filhos fossem*”.

⁹ Dados de atendimento referentes a novembro de 2008, fornecidos diretamente pelo Lar Fabiano de Cristo.

¹⁰ www.lfc.org.br.

Para assegurar sua sustentabilidade, foi criada, em 1960, uma instituição que atendesse à obra social e aos seus associados de forma interdependente: a CAPEMA – Caixa de Pecúlio Mauá, posteriormente Capemi – Caixa de Pecúlios, Pensões e Montepios Beneficente e, em 2008, Capemisa Seguradora de Vida e Previdência S.A. Trata-se de empresa criada para dar suporte financeiro a uma obra filantrópica. Foi estipulado o percentual de 13,3% como adicional filantrópico nos planos previdenciários e estes recursos foram destinados às obras assistenciais do Lar Fabiano de Cristo.

Desde sua origem, o Lar Fabiano de Cristo definiu que a família é a sua unidade de trabalho. Sua missão é *“Promover integralmente famílias em situação de exclusão social, através do enfrentamento das causas que produzem as situações de miséria material, social, moral e espiritual, contribuindo para o seu equilíbrio”*. O Lar Fabiano de Cristo atua no sentido de amparar famílias em extrema pobreza, mobilizando-as para fortalecer os vínculos de integração criança-família-sociedade, tendo em vista os princípios de que *“a vida em família é a mais alta expressão de civilização”* e que *“nenhuma criança deverá ser retirada do lar apenas por motivo de pobreza”*.

São selecionadas famílias em situação de extrema pobreza, priorizando-se as de maior número de filhos. Toda família selecionada é encaminhada para consulta médica e odontológica. Na seleção e inscrição das famílias, busca-se identificar o responsável pelo grupo familiar e a origem das situações de dependência. Após a primeira entrevista, é realizada uma visita domiciliar, buscando subsídios para uma melhor avaliação. É elaborado, então, um plano de qualidade de vida para cada família, objetivando sua *“promoção integral”* no prazo máximo de cinco anos. Esse plano é acompanhado, comparando-se os dados planejados com os realizados, com a finalidade de reformular ações quando necessário.

É considerada *“recuperada”* a família que rompeu a cadeia da miséria. O processo evolutivo da família é analisado semestralmente, considerando habitação, emprego, saúde, situação previdenciária e educacional e capacitação profissional. Avalia-se assim a situação familiar, revendo metas, definindo novos prazos e fornecendo dados para a elaboração do Plano de Ação da Unidade Assistencial.

Quando a família não alcança suas metas nos prazos previstos, por motivos alheios à sua vontade, o aumento do prazo de permanência no projeto é submetido à diretoria da instituição. O desligamento da família é feito quando os objetivos são alcançados ou por impossibilidade de participação ou desinteresse pelos programas. No semestre anterior ao desligamento, o acompanhamento da família é intensificado com o intuito de prepará-la para assumir seus compromissos sem apoio institucional. Além disso, por um período de seis meses após o seu desligamento, a família é acompanhada para avaliação.



Curso profissionalizante de marcenaria – UPI Fernando Melo – Caucaia (CE) – novembro de 2008. Foto do autor

Na década de 1960, o Lar Fabiano de Cristo criou cinco faixas de assistência, que foram consagradas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente e pela Lei Orgânica da Assistência Social.

1ª Faixa: Programa de Colocação Familiar em Lares Substitutos – para crianças sem quaisquer referências familiares, desamparadas, órfãs ou abandonadas. A equipe técnica, formada por funcionários e voluntários, faz o acompanhamento psicossocial dos casos apresentados, elabora plano personalizado para o atendimento, seleciona e treina a família substituta, orienta e acompanha as famílias após a guarda ou adoção. As crianças são atendidas em regime de parceria com o Conselho Municipal da Criança e do Adolescente, a Famurj, SMDs, a Pastoral do Menor e Terra dos Homens, através do Programa Família Acolhedora.

2ª Faixa: Abrigo Provisório – atende a crianças, temporariamente afastadas de suas famílias, por meio de abrigos provisórios e da busca da recuperação familiar. O trabalho está voltado para a criança, o adolescente e suas respectivas famílias, através de entrevistas, visitas domiciliares, encaminhamentos para a rede pública ou privada, preparação para a cidadania, psicomotricidade, acompanhamento médico, odontológico, fonoaudiológico e psicológico. São ministrados cursos profissionalizantes (computação, artesanato, confecção de brinquedos e padaria) e desenvolvidas atividades esportivas (futebol, capoeira e jiu-jitsu), de cultura e lazer (educação musical, recreação, relaxamento e expressão corporal) e voltadas para educação afetivo-sexual e orientação moral e religiosa. São atendidas, em média, 92 crianças ou adolescentes por mês.



Curso de confecção – UPI Maria Alice – Fortaleza (CE) – novembro de 2008. Foto do autor

3ª Faixa: Promoção Integral da Família – destina-se a famílias em estado de extrema pobreza, que participam de processo educacional, buscando o desenvolvimento de hábitos físicos, sociais, morais e espirituais. As ações de promoção integral são realizadas através de dois programas: o Programa de Orientação Sócio-Familiar, que abrange educação e acompanhamento social das famílias (12,6 mil atendimentos/mês), apoio a suas necessidades básicas (17,7 mil atendimentos/mês) e conhecimento de direitos e deveres, incluindo a alfabetização de adultos, apoio jurídico etc. (755 atendimentos/mês), e o Programa de Apoio Sócio-Educativo, composto pela educação infantil (10,9 mil atendimentos/mês), pelo desenvolvimento criativo (4,2 mil atendimentos/mês), pelo apoio escolar e pela profissionalização (1,9 mil atendimentos/mês), incluindo o apoio à criação de cooperativas populares. O atendimento médio mensal é de 9,3 mil famílias.

Integra a 3ª Faixa o programa *Jovem Aprendiz*, projeto de inclusão de jovens de baixa renda, que passam por capacitação durante aproximadamente um ano, nas Unidades de Promoção Integral – UPIs de origem e são posteriormente submetidos a um processo de seleção, realizado por psicólogas. Os aprovados são encaminhados para trabalhar como aprendizes de trabalhos administrativos nas instituições parceiras: em novembro de 2008, havia 248 jovens trabalhando, supervisionados por técnicos, em empresas ou órgãos públicos, durante seis horas diárias, de acordo com a legislação, por um período de até dois anos.

Participantes no programa Jovem Aprendiz, por instituição – dados de novembro de 2008.

Banco do Brasil	153
Tribunais de justiça	76
Banco Rural	10
Escola Madre Zarife Sales	1
Cobra Tecnologia	8
Total	248

Fonte: Lar Fabiano de Cristo

Os jovens que participam do programa estudam no ensino regular e são acompanhados e remunerados pelo Lar Fabiano de Cristo. Aos sábados, participam de aulas de cidadania, linguagem, matemática, informática e inglês, em suas UPIs de origem, onde são acompanhados desempenho escolar, saúde, relacionamento familiar, desenvolvimento nas relações pessoais e nas atividades do trabalho de aprendizagem nas instituições. Caso um jovem apresente dificuldades pessoais ou de aprendizagem no ambiente de trabalho, a instituição parceira recorre ao Lar, que oferece acompanhamento individualizado para o jovem prosseguir sua aprendizagem. O Lar Fabiano de Cristo se encarrega da contratação dos jovens, desonerando a instituição parceira de encargos e compromissos trabalhistas e a instituição parceira repassa ao Lar os recursos correspondentes aos custos da contratação.

4ª Faixa: Apoio Emergencial – atendimento de caráter emergencial, prestado uma única vez, mediante entrevista, principalmente a crianças, adolescentes e idosos, em forma de apoio material ou encaminhamento à rede de serviços públicos ou privados, de acordo com a necessidade pontual que os fez procurar a UPI. Embora os atendimentos de 4ª faixa também ocorram nas unidades de 3ª faixa e sejam dirigidos a moradores de comunidades em situação de extrema pobreza, não geram inscrição da família na Unidade de Promoção Integral.

Dependendo da extensão do problema apresentado, o cidadão recebe orientações e um encaminhamento para a continuidade do seu atendimento na rede de pública de serviços.

5ª Faixa: Promoção Integral do Idoso – trabalho social com idosos. Tem por objetivo propiciar a reconstrução de identidade, o resgate dos vínculos familiares e a promoção integral por meio do estímulo à participação em atividades de integração, como grupos de reflexão, atividades culturais, de lazer, educacionais e operativas. Para aqueles impedidos de participar das atividades nas unidades, é oferecido o Projeto Chapeuzinho Vermelho, que tem por finalidade, através de visitas domiciliares, a assistência psicossocial e o encaminhamento médico e odontológico. São atendidos cerca de 2,8 mil idosos.

O Lar Fabiano de Cristo faz parte de diversos fóruns, entre eles o Conselho da Comunidade Solidária e o Permanente das Organizações Não-Governamentais de Defesa da Criança e do Adolescente. É membro integrante do grupo gestor Família Acolhedora e tem representação nos Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente em todos os estados em que atua, bem como registro nos seguintes conselhos: Conselho Municipal de Assistência Social, Conselho Estadual de Assistência Social e Conselho Nacional de Assistência Social. Além disso, possui Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social.

O modelo de promoção social do Lar Fabiano de Cristo tem sido apresentado em encontros internacionais patrocinados pela Unesco, buscando soluções educacionais para a questão da miséria no mundo. Em vista disso, o Lar Fabiano de Cristo representou a América Latina no encontro mundial em Dacar, Senegal, em 2000, e recebeu inúmeros prêmios de reconhecimento, destacando-se o prêmio “Bem Eficiente” (Kanitz e Associados), o reconhecimento como órgão consultor da UNESCO e o prêmio “Nós Fazemos a Nossa Parte” (Fundação Getúlio Vargas – SP).

Em novembro de 2008, o Lar Fabiano de Cristo atingia com seu trabalho cerca de 50 mil pessoas, em 57 unidades, localizadas em 18 estados brasileiros, além de cerca de outras 30 mil pessoas (crianças, adolescentes, adultos, idosos e portadores de necessidades especiais) em 152 organizações conveniadas ou parceiras, num total de 80 mil pessoas.

O BNDES apoiou, com recursos do Fundo Social, as seguintes ações do Lar Fabiano de Cristo:

- Reforma da Casa José, em Belém – PA (entre abril a julho de 2000).
- Casa de Mãe Maroca, em Duque de Caxias – RJ (dezembro de 2001 a junho de 2006). Foram atingidos os seguintes objetivos:
 - Implantação de uma oficina de produção de tijolos de solo-cimento, sede primária da cooperativa de fabricação e comercialização;
 - Aquisição de equipamentos para desenvolvimento e sistematização da metodologia de produção dos tijolos em solo-cimento criada pelo Laboratório de Geotécnica da COPPE/UFRJ, para posterior disseminação, através da formação de cooperativas populares;
 - Construção de casas-piloto e de uma unidade assistencial em Duque de Caxias – RJ.
- Melhoria da infraestrutura de 33 unidades situadas nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, no Vale do Jequitinhonha – MG e no Município de São Gonçalo – RJ, entre maio de 2001 e fevereiro de 2005.



Construção de casas com tijolos de solo-cimento – Xerém (RJ) – 2005. Foto do autor

II.6. Autogestão

O BNDES incluiu entre suas operações, em 1994, o financiamento a empresas autogestionárias, por solicitação do Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador. Em 18/03/1998, o apoio com recursos do Fundo Social foi estendido às empresas autogestionárias, “como tal entendidas aquelas em que o conjunto dos trabalhadores detém o controle e a gestão da empresa”, tendo como itens financiáveis “suporte e orientação técnica ao desenvolvimento dos processos de planejamento, administração e controle de empresa autogestionária, aperfeiçoamento do seu processo produtivo, capacitação da mão-de-obra, treinamento gerencial e programas de educação formal básica e de segurança do trabalho”.¹¹

Nesta modalidade, foram realizadas operações com Tecsel (Cooperativa de Trabalho dos Profissionais Técnicos Eletricitários do Rio de Janeiro), Copromem (Cooperativa de Produtos Metalúrgicos de Mococa) e APAEB (Associação dos Pequenos Agricultores de Valente), caso em que os recursos do Fundo Social foram empregados de forma complementar a financiamento reembolsável.

II.6.1. APAEB

O apoio do BNDES à APAEB – Associação dos Pequenos Agricultores de Valente –, posteriormente Associação de Desenvolvimento Sustentável e Solidário da Região Sisaleira, foi considerado pela primeira Diretora da Área Social do BNDES, Beatriz Azeredo,¹² emblemático como exemplo do apoio do BNDES a empreendimentos autogestionários.

Na década de 1970, surgiram iniciativas de organização da sociedade civil na região do município de Valente (BA), onde a Igreja Católica formava Comunidades Eclesiais de Base, denominadas “Círculos Bíblicos”, voltadas para análise e reflexão sobre a realidade social, econômica e política. No final da década, essas comunidades se associaram aos pequenos agricultores da região do semiárido do Estado da Bahia – Feira de Santana, Serrinha, Anguera, Ichu, Valente, Santa Barba e Araci – e organizaram uma manifestação

¹¹ Resolução BNDES 926/98, de 18/03/1998.

¹² Em entrevista concedida ao autor em novembro de 2008.

pelo fim do ICMS que incidia sobre a venda, nas feiras livres, do produto excedente da sua agricultura de subsistência caseira. Apesar da força do movimento, que lotou vários ônibus e ocupou o Centro Administrativo, naquela época ainda em construção, em Salvador, a reivindicação dos agricultores não foi atendida pelo governo baiano. A mobilização, entretanto, permitiu que os agricultores percebessem sua capacidade de organização.

Em 1980, foi fundada a APAEB, associação sem fins lucrativos, com o propósito de promover o desenvolvimento social e econômico sustentável e solidário, visando à melhoria da qualidade de vida da população da Região Sisaleira, com filiais nos municípios de Feira de Santana, Araci e Ichu. A filial de Valente foi criada em 1981, na forma de um “posto de trocas” de produtos de primeira necessidade entre os pequenos produtores rurais. Em 1984, foi implantada uma bateadeira de sisal na filial de Valente, visando a beneficiar e agregar valor ao principal produto da região, cujo mercado era dominado por poucos comerciantes, que ditavam suas regras e preço.

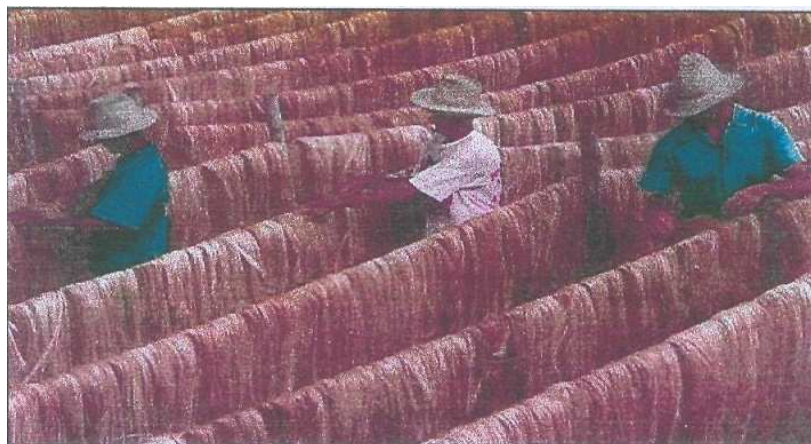
Em 1992, a APAEB de Valente atuava em quatro frentes de trabalho:

- a) Bateadeira comunitária de sisal;
- b) Posto de trocas;
- c) Assistência técnica aos pequenos produtores;
- d) Organização da sociedade civil, sob a denominação *Cidadania em Ação*, que procurava intervir na administração pública municipal, reivindicando políticas públicas e fiscalizando a utilização de recursos públicos.

Em 1993, foi criada a Cooperativa Valentense de Crédito Rural – COOPERE.

Em 1996, entrou em atividade uma fábrica de carpetes e tapetes, empregando mão de obra constituída quase inteiramente por pessoas da região.

O passo seguinte foi reunir produtores para vender em grupo o sisal.



Secagem do sisal (APAEB, 2000b)

Segundo informações do site da Associação,¹³ sem data, a APAEB emprega mais de 900 pessoas, incluindo a parte administrativa e os funcionários das bateadeiras particulares que prestam serviços exclusivamente à APAEB, movimentam milhões de reais em pagamento de salários e na compra de matéria-prima dos agricultores locais e mantém os seguintes projetos:

- Fabrica de tapetes e carpetes de sisal, que emprega em média 500 funcionários. Em 1999, sua produção, 70% da qual destinada ao mercado externo, ultrapassou 900 mil m².



Fabricação de tapetes (APAEB, 2000b)

¹³ <http://www.apaeb.com.br>. Acesso em 29/09/2009.

- Batedeira comunitária de sisal – beneficia a fibra de sisal adquirida dos produtores da região, tornando-a macia e uniforme. Parte da produção é destinada à fábrica de tapetes e carpetes e a outra parte é vendida diretamente. Emprega mais de 40 funcionários.



Batedeira comunitária de sisal (APAEB, 2000b)

- Escola Família Agrícola – além das disciplinas exigidas pelo currículo oficial, seu ensino abrange práticas agropecuárias, disciplinas voltadas para o meio-ambiente e economia rural. Utiliza a Pedagogia da Alternância, onde os alunos – em média 90, de seis municípios – passam uma semana na escola, em regime de internato, e outra em casa, onde aplicam os conhecimentos práticos adquiridos na escola e os repassam à família.
- Fundo Rotativo – empréstimos a pequenos agricultores para investirem em suas propriedades, de acordo com projeto econômico elaborado pelos técnicos da Associação.
- Energia solar – programa de aproveitamento da luz solar para levar eletricidade às casas da zona rural, em substituição ao óleo diesel ou querosene. A energia solar é empregada para iluminação doméstica, alimentação de eletrodomésticos e eletrificação de cercas, utilizadas na criação de ovinos e caprinos.
- Reflorestamento – plantio de árvores nativas e outras adaptáveis à caatinga, cujas mudas são produzidas em viveiro próprio e distribuídas aos associados.
- Laticínio – implantado em 1999, tem capacidade para processar 500 litros de leite caprino por dia. Produz leite pasteurizado, iogurtes, doces e queijos.
- Pesquisa de tecnologias alternativas para o semiárido.

- Curtume – compra, venda e curtimento de peles e fabricação de produtos artesanais e industriais de pele caprina. Sua atividade provocou aumento de preços das peles, pois a APAEB, entidade associativista, sem fins lucrativos, praticava preços superiores aos do mercado local. Em 2000, o curtume beneficiava apenas 50% das peles adquiridas dos criadores da região, devido às limitações de sua capacidade instalada, e revendia o excedente a dois curtumes industriais localizados em Juazeiro e Alagoinhas.

- Artesanato – atividade desenvolvida predominantemente por mulheres, que confeccionam peças artesanais, utilidades e decoração com tecido, palha, couro e fibras naturais de caroá e sisal. A APAEB proporciona cursos para melhorar a qualidade dos produtos artesanais e auxilia na sua comercialização.

- Educação e Cidadania – promoção de seminários, cursos, reuniões nas comunidades e peças de teatro; apoio a associações comunitárias e ao Fórum da Cidadania, que reúne entidades de Valente para cobrar e fiscalizar os atos do poder público municipal.

- Comunicação – programa de TV Jornal de Valente, contribuição para manutenção da rádio comunitária Valente FM, programa Conversa da Gente, informativo Folha do Sisal, informativo Folha da APAEB, sítio na internet.

- Assistência técnica permanente aos agricultores – ensino de técnicas para conviver com a seca e aumentar a produtividade; atendimento veterinário, laboratorial e melhoramento genético do rebanho caprino e ovino; programas de construção de cisternas para o armazenamento de água; perfuratriz de poços artesianos, sistemas de irrigação etc.



Separação da bucha do resíduo do sisal, para produção de ração (APAEB, 2000b)

- Apoio a grupos que mantêm viva a tradição musical nas comunidades rurais; realização de movimentos culturais no município de Valente, em parceria com associações comunitárias na zona rural.
- Posto de trocas (também chamado posto de vendas ou supermercado), que viabiliza o escoamento do excedente de produção dos pequenos agricultores e tem a função adicional de regular os preços, evitando sua elevação exorbitante. Os associados oferecem os produtos da agricultura familiar e compram outros produtos por preços mais baixos, já que o empreendimento não visa o lucro.
- Escola de Informática e Cidadania – capacita prioritariamente funcionários, sócios e seus filhos, com noções de informática e de cidadania.
- Desenvolvimento Comunitário – capacitação de moradores de comunidades rurais para buscarem soluções para os problemas locais, visando ao desenvolvimento sustentável. Atividade desenvolvida nos municípios de Valente, São Domingos e Santa Luz, atendendo mais de 100 famílias.
- Participação nos Conselhos Municipais – a APAEB tem representação direta nos conselhos de saúde, educação, desenvolvimento rural sustentável e no Programa de Erradicação do Trabalho Infantil.



Posto de trocas, posto de vendas ou supermercado (APAEB, 2000b)

- Clube Sócio-Recreativo – espaço de lazer para funcionários e familiares, agricultores e comunidade local.
- Bola da Vez – programa realizado em parceria com o governo federal. Atende a crianças e adolescentes na prática de diversas modalidades esportivas.
- Riquezas do Sertão – loja na rodovia BA-120, que comercializa produtos da Associação e peças confeccionadas por artesãos da região.
- Casa da Cultura – espaço cultural com auditório para 300 pessoas, para exibir peças de teatro, cinema e shows; área para biblioteca, sala de leitura e exposição.
- Casa Brasil – parceria com o Governo Federal, que permite acesso gratuito à internet, em banda larga, no espaço da Casa da Cultura.
- SertãoNet – provedor de internet,¹⁴ que oferece acesso discado e via rádio à população de Valente.

Em 2000, a área de atuação da APAEB compreendia 15 municípios, todos na chamada Região Sisaleira, no semiárido baiano, com população total de aproximadamente 510 mil habitantes, residentes predominantemente na zona rural.

Apesar de inseridos no semiárido, esses municípios possuem características e graus de desenvolvimento distintos. Sua base econômica é heterogênea: o sisal é o principal produto econômico e a pecuária – bovina, caprina e ovina – é atividade complementar. A escassez de chuvas é característica climática marcante e influencia fortemente a economia regional. De acordo com o “Mapa da Fome” (IPEA, 1993, citado em APAEB, 2000a), 65,1% da população desses municípios encontravam-se em situação de indigência, devido à concentração fundiária e à ausência de políticas públicas que assegurassem aos pequenos produtores rurais meios para aumentar sua produção e produtividade.

A região onde a APAEB atua é predominantemente rural (vide tabelas nas páginas 48 e 49). O município de Serrinha era o único a apresentar, em 1996, população urbana superior

¹⁴ www.sertao.net.

à rural e também o que apresentava o maior rendimento médio por chefe de família. É importante destacar que os dados relativos à renda média dos chefes de família somente incluem os casos que tinham alguma renda na época, distorcendo os dados finais.

Levantamento realizado pela APAEB constatou que a média pluviométrica anual, nos últimos 50 anos, foi de 600 mm. Como a população da região cresceu cerca de 59% nas últimas duas décadas, o consumo de água aumentou, agravando o problema. (APAEB, 2000a)

O quadro de sócios da APAEB contava, em 2000, com 350 pequenos produtores rurais. Segundo relatório de avaliação publicado em 2000 (APAEB, 2000a), esse número era pequeno para as dimensões da entidade e resultava da estratégia de fortalecer as bases das entidades populares parceiras, como sindicatos de trabalhadores rurais, associações comunitárias, movimentos femininos etc., em vez de procurar aumentar o número de sócios. O mesmo relatório pondera que não havia, na época, interesse dos pequenos agricultores em se associarem, considerando que os benefícios gerados pela entidade se estendiam indistintamente a associados e não associados.

Premiações obtidas:

- Melhores práticas em gestão local – a APAEB foi uma das dez vencedoras da quarta edição do concurso (período 2005/2006) promovido pela Caixa Econômica Federal para identificar iniciativas locais bem sucedidas de desenvolvimento, tanto do poder público como da sociedade civil.
- CEPAL – Inovação Social – seleção de projetos sociais inovadores realizada, em 2005, em toda a América Latina e Caribe, por iniciativa da Fundação Kellogg e da CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina e Caribe. A APAEB recebeu Menção Honrosa, por ficar entre os 20 finalistas da premiação.
- Fundação Kanitz – Prêmio Bem Eficiente. Conferido à APAEB em 1997 e em 2004.

- GDN – Global Development Network – Prêmio Japão para projetos inovadores de desenvolvimento oferecido pela organização não governamental GDN com o apoio do governo do Japão. Em janeiro de 2004, a APAEB ficou entre as três finalistas.
- Prêmio Cidadania Brasil de Exportação – concedido em 2003 pela Câmara de Comércio Árabe Brasileira a exportadores que fazem trabalho social.
- Prêmio Banco do Nordeste Empreendimento XXI – concedido em 2003 a três clientes. A APAEB foi escolhida pelo trabalho desenvolvido na área rural.
- Fundação Schwab – fundação com sede na Suíça, mantida pelos criadores do Fórum Econômico Mundial, elegeu, em 2001, o diretor executivo da APAEB, Ismael Ferreira, um dos principais empreendedores sociais no mundo, o que deu à Associação o direito de participar de três edições do Fórum Econômico Mundial.
- Empresa Amiga da Criança – a Fundação Abrinq deu à APAEB o direito de usar a marca de Empresa Amiga da Criança, em virtude do apoio ao Programa de Erradicação do Trabalho Infantil e outras ações de promoção de melhoria das condições de vida de crianças e adolescentes.
- SESI – a APAEB recebeu, em 2002, o prêmio Educação e Responsabilidade Social, pelo programa de alfabetização de funcionários, executado em parceria com o Serviço Social da Indústria.
- Fundação Getúlio Vargas – classificou a APAEB, em 1998, entre as 10 principais parcerias para combate à miséria no Brasil.

Segundo o engenheiro do BNDES, Marcelo Goldenstein:

“A principal qualidade da APEB reside em seu ‘convívio com o semiárido’, na perspectiva de encontrar, na própria região, soluções técnicas e econômicas que possibilitem a transformação da precária situação social dos associados. A APAEB realizou um trabalho que viabilizou a retomada das plantações de sisal, uma planta que só nasce no clima semiárido e que era cada vez menos plantada. Todas as ações da APAEB têm essa lógica, seja na valorização da cultura local (o artesanato), dos caprinos e ovinos, que resistem melhor à seca do que a vaca, e da assistência técnica ao agricultor, ensinando técnicas baratas para o manejo e a utilização

racional da água e desmistificando a percepção apocalíptica de que ‘a seca está cada vez pior.’”¹⁵

O BNDES e APAEB contrataram, em fevereiro de 2001, financiamento dividido em:

1) Recursos reembolsáveis destinados a compor o capital de giro da fábrica de tapetes, melhorar o dimensionamento entre seus setores, otimizar sua produção e adquirir equipamentos e caminhões para transporte da produção da fábrica de tapetes.

2) Apoio não reembolsável, com recursos do Fundo Social, subdividido em três vertentes:

a) Apoio à Escola Família Agrícola, mediante implantação de processos produtivos com geração de renda – caprinocultura, apicultura e criação de coelhos e codornas – e investimentos em infraestrutura – construção de auditório, galpão, quadra esportiva e habitações para monitores, além da aquisição de equipamentos de informática e outros, de mobiliário e de um ônibus para transporte de alunos.

b) Apoio ao desenvolvimento gerencial.

c) Pesquisas, estudos e testes, visando ao desenvolvimento de produtos alternativos de sisal ou de outras matérias-primas; diversificação de produtos para reduzir a dependência da APAEB da venda dos rolos de tapetes, sujeita a oscilações do mercado; utilização dos resíduos extraídos no primeiro beneficiamento do sisal, ainda na propriedade dos agricultores; pesquisa do processo de fermentação do líquido, para produção de aguardente (como é feito no México); utilização da mucilagem na alimentação animal, procurando torná-la mais eficiente e nutritiva; utilização da mucilagem como “cama” para a plantação de milho hidropônico, usado na subsistência dos agricultores; estudo das propriedades de absorção acústica do sisal, buscando alternativa competitiva e ecológica às fibras minerais comumente usadas para isolamento acústico, causadoras de alergias e intoxicações e potencialmente causadoras de danos ambientais quando de seu descarte; e desenvolvimento de novos modelos de tapetes.

¹⁵ Entrevista concedida em 22/09/2009.

Ao término do acompanhamento do projeto apoiado com recursos do Fundo Social, em abril de 2004, os técnicos do BNDES constataram que os projetos apoiados com recursos do Fundo Social foram satisfatoriamente concluídos. (BNDES, 2005)

No entanto, devido ao atraso no pagamento ao BNDES de prestações do financiamento reembolsável, a APAEB foi incluída no Cadastro de Inadimplentes do Governo Federal – CADIN, onde permaneceu entre 2004 e 2005, o que a impediu de obter financiamentos de outras fontes, como o Banco do Nordeste.¹⁶

Avaliação realizada por técnicos do BNDES, em abril de 2005, apontou as seguintes causas dos problemas enfrentados pela APAEB:

- Processo de produção inteiramente "verticalizado" que, aliado a atrasos no embarque de tapetes, elevava drasticamente as necessidades de capital de giro.
- Centralização de poder na figura do diretor executivo.
- Acúmulo de estoques de fibra de sisal acima de suas necessidades operacionais, visando a regular o preço da fibra de sisal na região. Os estoques chegaram a representar 60% do Ativo Circulante, em 31/12/2003, e 58%, em 31/12/2004.
- Gestão de atividade econômica com “excessiva ênfase nos aspectos sociais”: segundo os analistas do BNDES, a fábrica de tapetes de sisal, que representa a principal atividade geradora de renda da associação, “sofre os efeitos de uma gestão que privilegia o social, mesmo que em detrimento do econômico”. (BNDES, 2005)
- Desvalorização do dólar norte-americano frente ao real, num contexto de vendas concentradas no mercado externo, que agravou a situação financeira da associação.
- Insuficiente geração de caixa. O apoio financeiro recebido de ONGs, do BNB e do BNDES foi decisivo para prover capital de giro necessário à manutenção das atividades.

¹⁶ Fonte: http://www.apaeb.com.br/folhadaapaeb/289/noticia0810_006.htm. Acesso em 13/11/2009.

Classificação dos municípios segundo Índice Geral de Desenvolvimento Econômico e PIB – 1996
(APAEB, 2000a)

Municípios	IGDE	IDE (PIB)
Araci	185	102
Campo Formoso	64	50
Cansanção	163	105
Conceição do Coité	48	40
Itiúba	202	129
Jaguarari	135	160
Monte Santo	303	111
Nordestina	373	341
Pintadas	286	362
Queimadas	173	161
Retirolândia	294	205
Santaluz	74	84
São Domingos	308	312
Serrinha	46	42
Valente	79	163

População residente conforme sexo – 1996 (APAEB, 2000a)

Municípios	Masculino	%	Feminino	%	Total
Araci	25.843	50,4	25.464	49,6	51.307
Campo Formoso	29.896	50,4	29.435	49,6	59.331
Cansanção	15.570	50,3	15.412	49,7	30.982
Conceição do Coité	25.935	49,9	26.025	50,1	51.960
Itiúba	17.539	50,4	17.265	49,6	34.804
Jaguarari	18.773	50,2	18.592	49,8	37.365
Monte Santo	26.514	50,5	26.037	49,5	52.551
Nordestina	5.390	52,0	4.984	48,0	10.374
Pintadas	5.194	50,0	5.190	50,0	10.384
Queimadas	11.848	49,7	11.972	50,3	23.820
Retirolândia	5.791	50,0	5.797	50,0	11.588
Santaluz	15.456	50,0	15.439	50,0	30.895
São Domingos	4.222	50,1	4.201	49,9	8.423
Serrinha	38.781	49,2	40.029	50,8	78.810
Valente	8.776	49,5	8.938	50,5	17.714
Total	255.528	50,1	254.780	49,9	510.308

Distribuição populacional segundo setores urbano e rural e renda média dos chefes de domicílio – 1996 (APAEB, 2000b)

Municípios	Urbana	%	Rural	%	Renda Média (R\$)
Araci	17.448	34,0	33.859	66,0	99,00
Campo Formoso	18.463	31,1	40.868	68,9	137,00
Cansanção	8.639	27,9	22.343	72,1	105,00
Conceição do Coité	22.457	43,2	29.503	56,8	135,00
Itiúba	8.396	24,1	26.408	75,9	133,00
Jaguarari	8.080	21,6	29.285	78,4	167,00
Monte Santo	6.783	12,9	45.768	87,1	102,00
Nordestina	2.036	19,6	8.338	80,4	84,00
Pintadas	2.897	27,9	7.487	72,1	135,00
Queimadas	9.172	38,5	14.648	61,5	121,00
Retirolândia	4.572	39,5	7.016	60,5	110,00
Santaluz	13.208	42,8	17.687	57,2	150,00
São Domingos	3.168	37,6	5.255	62,4	125,00
Serrinha	43.041	54,6	35.769	45,4	180,00
Valente	7.413	41,8	10.301	58,2	133,00
Total	175.773	34,4	334.535	65,6	127,73

II.7. Desenvolvimento local

Em 07/02/2000, o BNDES criou o Programa de Desenvolvimento Local com os objetivos de:

- a) “...formular e executar ações que, levando em conta as vocações locais, permitam a construção ou recuperação do dinamismo econômico em microrregiões empobrecidas situadas, notadamente, nas Regiões Norte e Nordeste do país.” (CAFÉ, Sonia Lebre. Desenvolvimento Local. In: AZEREDO, 2002: 163)
- b) “...contribuir para a promoção do desenvolvimento de determinados espaços geográficos, definidos pelas suas relações de integração e articulação cultural, econômica e ambiental e que são caracterizados por terem expressivos contingentes de população de baixa renda e apresentarem disparidades sociais (Índice de Desenvolvimento Humano – IDH < 0,5).” (CAFÉ, Sonia Lebre. Desenvolvimento Local. In: AZEREDO, 2002: 167)

O papel do BNDES, nesse programa, foi tanto de articulador institucional, visando à integração das ações de entidades privadas, órgãos públicos de todos os níveis e gestores de programas de atuação local, quanto de financiador, utilizando:

a) Recursos não reembolsáveis do Fundo Social, de modo a possibilitar contratação de serviços técnicos, aquisição de equipamentos e materiais e outros investimentos necessários à mobilização e capacitação de comunidades, instituições locais e lideranças empresariais e comunitárias; elaboração de planos de desenvolvimento microrregional, indicadores socioeconômicos, estudos relativos à estruturação da produção e projetos produtivos; estruturação de organizações de atuação local; implantação de ações e projetos demonstrativos; e criação de sistemas de informação para divulgação pública do programa.

b) Recursos reembolsáveis para financiar projetos produtivos.

O BNDES firmou parcerias com instituições especializadas, entre as quais o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), a Aliança com o Adolescente pelo Desenvolvimento Sustentável no Nordeste – em conjunto com o Instituto Ayrton Senna, a Fundação W. K. Kellog e a Fundação Odebrecht, e com o apoio da Petrobras Distribuidora e do Sebrae Nacional – e o Instituto Interamericano de Cooperação para Agricultura.

O Programa de Desenvolvimento Local foi extinto em 13/09/2004, por intermédio da Decisão de Diretoria n° 720/2004.

II.8. Síntese do primeiro período do Fundo Social

A partir da análise da ex-diretora da Área Social do BNDES, Beatriz Azeredo, segundo a qual o orçamento do Fundo Social é pequeno em relação ao orçamento da Área Social e do BNDES, mas representa um volume relevante de recursos geralmente disponíveis para investimentos sociais, as diretrizes estratégicas do Fundo Social, no período 1997 a 2002, incluíram:

- Público preferencial – crianças e jovens em situação de risco social.
- Apoio a projetos de assistência social com recursos do Fundo Social.
- Busca de aprendizado na relação com o Terceiro Setor – apoio a projetos executados por ONGs e experimentação de formatos, procurando manter inalterado, contudo, o processo padrão de análise de projetos do BNDES e suas regras para concessão de apoio financeiro.
- Diversificação dos produtos do BNDES para atender às demandas.
- Apoio a iniciativas com potencial para se transformarem em políticas públicas.
- Estruturação de novas ações no campo do social por meio da criação de programas.
- Diálogo estruturante com a administração municipal, fomentando redes locais de atenção e buscando o fortalecimento de sua gestão.
- Apoio às “redes ampliadas”, buscando a maximização do impacto dos recursos do Fundo Social e o aumento da velocidade no atendimento a crianças e jovens.
- Parcerias com órgãos especializados, como o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e a Aliança com o Adolescente pelo Desenvolvimento Sustentável no Nordeste, no âmbito do Programa de Desenvolvimento Local.
- Apoio à saúde pública – Método Mãe-Canguru; capacitação e formação de profissionais para as equipes de Saúde da Família, tendo universidades públicas como executoras; e atendimento extra-hospitalar a crianças provenientes de famílias de baixa renda e portadoras de doenças graves, oferecido por organizações não governamentais, como Renascer, Ressurgir e Refazer, em articulação com hospitais públicos.

- Novas Metodologias de Ensino Interativo – Informática e Interconectividade; Educação Rural; Ensino e Divulgação de Ciências; e Arte e Cultura (“Transformando com Arte”).

III. Evolução do Fundo Social: 2003-2008

A mudança de governo ocorrida em 2003, com a posse do presidente Luís Inácio Lula da Silva, acarretou alterações de gestão institucional. O BNDES passou a ter nova Diretoria e novas diretrizes.

Segundo Ricardo Ramos, Superintendente da Área de Inclusão Social desde maio de 2008,¹⁷ a prioridade do Fundo Social, que até 2002 era a assistência social, voltou-se para a geração de trabalho e renda – investimentos coletivos, cooperativas e microcrédito –, por determinação do governo recém-eleito. Mesmo os ministérios que não tinham relação direta com trabalho e renda iniciaram algum tipo de trabalho nessa direção. Exemplo significativo foi a criação do Comitê Interministerial da Inclusão Social de Catadores de Lixo, em setembro de 2003.

III.1. Resoluções e decisões no período 2003-2008

Em 08/12/2003, a Resolução 1069/2003 introduziu os conceitos de eficácia, inovação e replicabilidade. O Fundo Social passou a ter seu foco em projetos inovadores e eficazes que pudessem ser replicados em outras regiões. A ênfase não estava mais no público beneficiário, mas na **redução da desigualdade social e econômica**:

“...as aplicações do Fundo Social – FS serão realizadas nas seguintes modalidades:

I. apoio a projetos de natureza social, dotados de eficácia e inovação, que possam instrumentar medidas para políticas públicas. São considerados inovadores e eficazes projetos ou atividades que:

- a. introduzem mudanças significativas em relação a práticas anteriores em determinada área geográfica ou temática;
- b. podem ser repetidos ou transferidos para outras regiões ou administrações; e
- c. perseguem, explicitamente, o objetivo de promoverem o mínimo aceitável de produtos ou serviços ao maior número possível de pessoas, e que busquem a auto-sustentabilidade.

II. apoio a projetos piloto para a implementação de medidas para políticas públicas;

¹⁷ Em entrevista concedida ao autor em 30/10/2009.

III. apoio complementar a projetos de caráter social, beneficiários de apoio financeiro reembolsável do BNDES, que contribuam efetivamente para **atenuar as desigualdades sociais, econômicas ou regionais** do País...”

13/09/2004 – a Decisão de Diretoria nº 720/2004, corroborando a alteração introduzida pela Resolução 1069/2003, extinguiu os Programas de Fomento e Divulgação de Projetos Sociais, de Desenvolvimento Local e de Apoio à Consolidação e Universalização da Atenção Básica em Saúde.

11/05/2005 – Resolução 1167/2005 – atuação com “foco em bases territoriais que apresentem maiores carências e/ou potencialidades”. Introduziu o Sistema de Informações Geográficas do BNDES – GeoBNDES – e os conceitos de **intersectorialidade** e **interinstitucionalidade**. Buscou-se ampliar o impacto das ações apoiadas pelos recursos do Fundo Social por meio da **complementação de políticas de desenvolvimento regional e social** de áreas de baixa renda.

Natureza e finalidade:

“Os recursos do Fundo Social serão destinados, especificamente, a apoiar projetos e investimentos de caráter social, nas áreas (...) vinculadas ao **desenvolvimento regional e social**, bem como projetos de natureza cultural...”

Diretrizes:

“I. Atuar com **foco em bases territoriais que apresentem maiores carências e/ou potencialidades**, conforme critérios a serem definidos pelo BNDES, utilizando-se o Sistema de Informações Geográficas do BNDES – GeoBNDES, como instrumento de suporte operacional;

II. Priorizar projetos que atuem de forma **intersectorial e inter-institucional**, objetivando a **ampliação do impacto das ações apoiadas** sobre as condições de vida das populações beneficiadas;

III. Contribuir para a **complementação de políticas de desenvolvimento regional e social** de áreas de baixa renda, através de ações de apoio a tais políticas;

IV. Atuar na modernização da implementação, monitoramento e avaliação de programas e projetos sociais;

V. Viabilizar a ampliação de **parcerias institucionais** e do espectro de atuação do BNDES na política social brasileira...”

Modalidades:

“...os recursos do Fundo Social serão aplicados através das seguintes modalidades:

I – Projetos que se constituam em elementos necessários e relevantes para a formatação e implementação de **programas e projetos regionais e sociais**, e a eles articulados, que **auumentem sua eficácia** e visem os seguintes objetivos:

a. formatação e consolidação do **atendimento à população em áreas de baixa renda**, sob a forma de Redes de Serviços e de Atenção Social;

b. **convergência com Programas Federais prioritários** destinados a **setores sociais básicos e territórios com baixo nível de desenvolvimento relativo e regiões de extrema pobreza**;

c. modernização de gestão e de desenvolvimento institucional, através de ações consorciadas entre pequenos municípios, destinada ao apoio à formação de redes visando à prestação de serviços de uso comum;

d. desenvolvimento institucional orientado, direta ou indiretamente, para os agentes repassadores do Programa de Microcrédito – PMC;

e. fortalecimento de **aglomerações produtivas**, mediante **financiamento de equipamentos coletivos**;

f. implantação de equipamentos urbanos de setores sociais básicos, em **áreas de baixa renda**, complementarmente a projetos integrados urbanos apoiados pelo BNDES;

g. estruturação de economias locais e regionais em pólos turísticos, para **geração de trabalho e renda**, em torno de atividades de preservação e exploração de patrimônio histórico-cultural;

h. preservação de patrimônio científico e tecnológico, bem como valorização de patrimônio histórico industrial e de transportes, quando vinculados à implementação ou modernização de museus técnicos e de ciências;

i. desenvolvimento, difusão e reaplicação de **tecnologias sociais aprimadoras de políticas públicas**;

j. melhoria da gestão de empresas autogestionárias, apoiadas pelo BNDES.”

11/05/2005 – Resolução 1168/2005 – incluiu entre os beneficiários dos recursos do Fundo Social do BNDES:

“...pessoas jurídicas de direito privado, com fins lucrativos, exclusivamente para: desenvolvimento institucional orientado, direta ou indiretamente, para os agentes repassadores do Programa de Microcrédito – PMC; fortalecimento de aglomerações produtivas, mediante financiamento de equipamentos coletivos; e melhoria da gestão de empresas autogestionárias, apoiadas pelo BNDES.”

15/04/2008 – Resolução 1592/2008 – tornou passíveis de apoio os itens “capital de giro associado” e “serviços técnicos especializados”, no âmbito de acordos de cooperação técnica, celebrados entre o BNDES e “**parceiro estratégico**”, com a finalidade de implementar projetos direcionados a “atividades produtivas sustentáveis, com ênfase em regiões menos desenvolvidas do País, visando à geração de trabalho e renda”.

21/10/2008 – Resolução 1654/2008 – determinou o apoio a “iniciativas de **geração de emprego e renda** que não possuam capacidade de endividamento, mas que sejam sustentáveis”, assim como apoio complementar a “investimentos não-reembolsáveis de geração de emprego e renda do Governo Federal ou Estadual ou de instituição de direito privado sem fins lucrativos, desde que **vinculada a uma iniciativa do Poder Público**”. Previu apoio com recursos do Fundo Social aos segmentos: “**cunho predominantemente ambiental**”, “de caráter social nas áreas de **saúde, educação e justiça**, cujos benefícios tenham **ampla abrangência** e sejam direcionados, prioritariamente, às populações de baixa renda” e “cujos investimentos se situem no entorno dos grandes projetos financiados pelo BNDES e se insiram na diretriz estratégica de apoio do Banco ao respectivo entorno”.

“As operações serão encaminhadas ao BNDES por meio de uma das seguintes modalidades: Seleção Pública, Premiação e Apoio Continuado (...)

Seleção Pública: “processo de seleção de um conjunto limitado de projetos, em segmentos sociais estratégicos para a Inclusão social, por meio de edital publicado pelo BNDES (...) A seleção pública de projetos terá por objetivos: a) contribuir para a solução de um problema de amplitude previamente delimitado, atingindo um grau significativo de benefício sobre determinada área geográfica ou tema prioritário, definidos a partir da disponibilidade de recursos e dos objetivos estratégicos pretendidos; b) causar efeito demonstrativo e de difusão de boas práticas capazes de serem aplicadas em diversas localidades.

Premiação: processo de reconhecimento e difusão de práticas exemplares, já implementadas em temas estabelecidos, pelo BNDES, mediante a outorga de prêmio em valor pecuniário. (...) A premiação de projetos será feita a partir de edital publicado especificamente para esta finalidade. A premiação terá como objetivos: o reconhecimento das melhores práticas; a acumulação de conhecimento sobre os diferentes temas; e o fortalecimento da marca do BNDES como indutor do desenvolvimento social no Brasil. Será destinado o montante máximo de até R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) em recursos para cada instituição premiada.

Apoio Continuado: apoio permanente a projetos de acordo com regras e condições operacionais pré-definidas. Esta modalidade de apoio poderá ser utilizada nos seguintes casos: a) Apoio estabelecido em programas ou linhas específicos aprovados pela Diretoria do BNDES para utilização de recursos do Fundo Social; b) Apoio a projetos de geração de emprego e renda para entidades que não possuam capacidade de endividamento, mediante interveniência de parceiros estratégicos; c) Apoio complementar às fontes de um projeto reembolsável, nos casos previstos em Programas ou formalizados pelo BNDES por meio de instrumentos de cooperação; d) Apoio complementar a investimentos não-reembolsáveis de geração de emprego e renda do Governo Federal ou Estadual ou de instituição de direito privado sem fins lucrativos, desde que vinculada a uma iniciativa do Poder Público. (...) o Apoio Continuado poderá, ainda, ser utilizado para apoio a investimentos nos segmentos abaixo elencados, desde que contemplados no Plano de Aplicação do Fundo Social do BNDES (...) a) de cunho predominantemente ambiental; b) de caráter social nas áreas de saúde, educação e justiça, cujos benefícios tenham ampla abrangência e sejam direcionados, prioritariamente, às populações de baixa renda (...) e c) cujos investimentos se situem no entorno dos grandes

projetos financiados pelo BNDES e se insiram na diretriz estratégica de apoio do Banco ao respectivo entorno. Entende-se por projetos cujos benefícios tenham ampla abrangência aqueles que favoreçam, no mínimo, cinco Estados ou duas regiões geográficas do país. Entende-se por projetos que beneficiem prioritariamente as populações de baixa renda, aqueles nos quais, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) da capacidade seja para atendimento gratuito da população.”

Empreendimentos Apoiáveis: Serão passíveis de apoio à conta do Fundo Social do BNDES os investimentos de caráter social (...) que atendam a um ou mais dos objetivos (...) a seguir e que sejam sustentáveis pelo Beneficiário, assim entendidos como aqueles que tenham capacidade de manutenção do projeto ou atividades apoiados mesmo após a fase de liberação dos recursos pelo BNDES, considerando os aspectos financeiros, sociais, ambientais, institucionais e de governança pertinentes.

Apoiar **iniciativas de geração de emprego e renda que não possuam capacidade de endividamento**, mas que sejam sustentáveis na forma prevista no item anterior, incluindo: estabelecimento de **parcerias institucionais** para complementar fontes em projetos ou programas de geração de emprego e renda com recursos financeiros escassos, que sejam considerados prioritários, de acordo com as políticas públicas federais e/ou estaduais; **fortalecimento de aglomerações produtivas**, mediante financiamento de equipamentos coletivos; **estruturação de economias locais e regionais em pólos turísticos, para geração de trabalho e renda**; e melhoria da capacitação técnica e da gestão de **empresas autogestionárias apoiadas pelo BNDES** e complementação de financiamentos a estas empresas de forma a equilibrar sua estrutura de capital.

Contribuir para a **complementação de políticas de desenvolvimento regional e social de áreas de baixa renda**, por meio de ações de apoio a tais políticas, compreendendo: a) modernização de gestão e de desenvolvimento institucional, por meio de ações consorciadas entre pequenos municípios, destinadas ao apoio à formação de redes visando à prestação de serviços de uso comum; e b) desenvolvimento institucional orientado, direta ou indiretamente, para os agentes repassadores do Programa de Microcrédito – PMC.

Atuar na **modernização da formatação, implementação, monitoramento e avaliação de programas e projetos ambientais**; na **recuperação, conservação e preservação do meio ambiente**; bem como na **preservação e disseminação de patrimônio científico e tecnológico**.

Apoiar iniciativas inovadoras nas áreas de saúde, educação e justiça, em convergência com políticas públicas, com parcerias institucionais estabelecidas com entidades federais ou estaduais, que demonstrem capacidade de replicação e tenham ampla abrangência (...)

Complementar programas do BNDES mediante o apoio a projetos ou ações que sejam prioritários e que necessitem de aporte de recursos não reembolsáveis para sua viabilização.

Itens Financiáveis: os recursos do Fundo Social serão destinados a investimentos fixos, inclusive aquisição de máquinas e equipamentos importados, sem similar nacional, no mercado interno e de máquinas e equipamentos usados; capacitação; capital de giro; despesas pré-operacionais e outros itens que sejam considerados essenciais para a consecução dos objetivos do apoio e que estejam em conformidade com as políticas Operacionais do BNDES...”

III.2. Apoio a projetos de catadores de materiais recicláveis

As atividades ligadas à reciclagem de materiais vêm sendo incentivadas em todo o mundo por razões ambientais e socioeconômicas: a reciclagem minimiza impactos ambientais, devido à economia de recursos naturais e ao aumento da vida útil dos aterros sanitários, e sua cadeia de produção cria postos de trabalho, gerando renda para uma população com reduzidas possibilidades de emprego em outros setores econômicos. A coleta e a triagem são atividades desempenhadas pelos catadores de materiais recicláveis, das quais depende o processo de reciclagem.

No Brasil, em 2001, foi formado o Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis – MNCR. A profissão de “catador de material reciclável” foi reconhecida em 2002, quando foi incluída na Classificação Brasileira de Ocupações, elaborada pela Secretaria de Políticas Públicas do Emprego do Ministério do Trabalho e Emprego.¹⁸

Em 2003, os programas governamentais passaram a condicionar o repasse de recursos municipais a iniciativas para erradicação dos “lixões”, exigindo das prefeituras a apresentação do Plano Municipal de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos, que contempla aspectos operacionais – coleta seletiva ou tradicional –, sociais, administrativos, econômicos e financeiros e visa garantir a sustentabilidade dos serviços alternativos aos lixões.

Os municípios passaram a elaborar seus Planos de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos Urbanos, incluindo as cooperativas e associações de catadores e com elas formalizando parcerias para realização da coleta seletiva.

Em 11/09/2003, foi criado o Comitê Interministerial da Inclusão Social de Catadores de Lixo, coordenado pelo Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome e pelo Ministério das Cidades. O Comitê foi composto por representantes das seguintes entidades: Casa Civil da Presidência da República, Ministério da Educação, Ministério da Saúde, Ministério do Trabalho e Emprego, Ministério da Ciência e Tecnologia, Ministério do Meio Ambiente, Ministério da Assistência Social, Ministério do Desenvolvimento, Indústria e

¹⁸ A Classificação Brasileira de Ocupações foi instituída pela portaria ministerial nº 397, de 9/10/ 2002, e tem por finalidade a identificação das ocupações no mercado de trabalho. Fonte: <http://www.mteco.gov.br/cbosite/pages/home.jsf>. Acesso em 15/11/2009.

Comércio Exterior, Gabinete do Ministro de Estado Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome, Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social e Caixa Econômica Federal.

O Decreto presidencial que instituiu o Comitê atribuiu-lhe as seguintes incumbências:

a) Implementar o Projeto Interministerial Lixo e Cidadania: Combate à Fome Associado à Inclusão de Catadores e à Erradicação de Lixões, visando garantir condições dignas de vida e trabalho à população catadora de lixo e apoiar a gestão e destinação adequada de resíduos sólidos nos Municípios.

b) Articular as políticas setoriais e acompanhar a implementação dos programas voltados à população catadora de lixo.

c) Definir mecanismos de monitoramento e avaliação da implantação das ações articuladas que deverão atuar de forma integrada nas localidades.

Em 2006, por proposta conjunta do Ministério do Trabalho e Emprego, do Ministério das Cidades e do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, o BNDES aprovou a concessão de apoio financeiro com recursos do Fundo Social a cooperativas de catadores de materiais recicláveis, com o objetivo de financiar infraestrutura física – construção e reformas de galpões, coberturas para carregamento e descarregamento de fardos, cozinha, vestiário, banheiros, salas de reunião e treinamento –, máquinas, equipamentos, móveis e utensílios para acondicionamento, proteção individual, triagem e enfardamento, armazenamento e estocagem, transporte externo, cozinha, vestiário, banheiro e escritório, assistência técnica e capacitação dos cooperados.

Em 2007, teve início o I Ciclo de Apoio do BNDES a projetos de estruturação produtiva de cooperativas de catadores de materiais recicláveis.

O apoio financeiro do BNDES ao segmento tomou como base o estudo “Análise do Custo de Geração de Postos de Trabalho na Economia Urbana para o Segmento dos Catadores de Materiais Recicláveis” financiado com recursos do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e realizado pelo Movimento Nacional dos Catadores de Materiais

Recicláveis, com coordenação institucional de OAF/PANGEA – Centro de Estudos Socioambientais – e coordenação técnica do Grupo de Estudos de Relações Intersetoriais da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal da Bahia.

Foram utilizados os seguintes critérios de elegibilidade e enquadramento jurídico: formalização jurídica da cooperativa; livre ingresso de novos cooperados, mediante valor de integralização do capital social para ingresso de novos cooperados adequado à realidade social do segmento de catadores; e risco sanitário (somente puderam ser enquadradas cooperativas que não estavam associadas a aterro sanitário ou lixão em que existisse coleta direta de resíduos sólidos; além disso, o material triado ou processado na cooperativa não poderia ser proveniente de coleta direta em aterro sanitário ou lixão).

A contratação das primeiras 24 operações de apoio financeiro, no valor total de R\$ 16,4 milhões, ocorreu em 1º/10/2007, em cerimônia na sede do BNDES, com a presença do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e de catadores provenientes de todo o país.

“Até o fim de 2008, 55 projetos haviam sido enquadrados, totalizando R\$ 38,5 milhões. Entre eles, 33 operações foram contratadas (R\$ 21,9 milhões), sete encontravam-se aprovadas e em fase de contratação (R\$ 4,7 milhões) e 15 estavam em análise (R\$ 11,9 milhões). Estima-se que serão beneficiados cerca de 3,2 mil catadores.”¹⁹

Pesquisa realizada pela Área de Inclusão Social do BNDES, em fevereiro de 2009, respondida por 59% dos 2.032 catadores integrantes das cooperativas de catadores de materiais recicláveis apoiadas pelo Banco, indicou avanços na qualidade de vida de cooperados e suas famílias, traduzidos como “melhora no relacionamento familiar” (82%), “melhora nas condições de higiene dos cooperados” (79,6%), “melhora na alimentação de cooperados e suas famílias” (78,85%) e “melhora no conforto das moradias” (69,3%). Também foram registrados avanços no ambiente de trabalho, no relacionamento entre os cooperados e na consciência em relação aos seus direitos e deveres. A mesma pesquisa apontou ganhos de eficiência das cooperativas: aumento do material coletado (20,6%), do material processado (25,5%) e da capacidade de processamento instalada.²⁰

¹⁹ Relatório Anual 2006 do BNDES.

²⁰ Fonte:

http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/Sala_de_Imprensa/Noticias/2009/Social/20090331_catadores.html. Acesso em 14/10/2009.

III.2.1. CAEC

A Cooperativa de Catadores Agentes Ecológicos de Canabrava – CAEC – foi formalmente constituída em 03/03/2003, tendo por objeto social “a prestação de coleta seletiva de lixo, separação e venda de materiais recicláveis em Salvador”. Ao apresentar o projeto ao BNDES, em 2007, a CAEC possuía 145 cooperados e quatro unidades de processamento, duas localizadas em Salvador, uma em Lauro de Freitas e uma em fase de conclusão, no município de Mata de São João, no litoral norte da Bahia, a 100 km de Salvador.

Encontrava-se em implantação, na unidade de Lauro de Freitas, com apoio da Fundação Banco do Brasil e do Ministério da Ciência e Tecnologia, uma indústria de processamento de termoplásticos, objetivando a produção de garrafas para água sanitária a partir do plástico coletado pela cooperativa.



Unidade Calçada – Salvador (BA). Linha de produção de garrafas PET, em fase pré-operacional – março de 2008. Foto do autor

A CAEC teve como “parceiro estratégico” o PANGEA – Centro de Estudos Socioambientais –, organização da sociedade civil de interesse público responsável pela incubação da cooperativa e pelo treinamento de seus gestores e supervisores.

Outras parcerias de destaque da CAEC foram a União Europeia (primeiro financiador), o Governo do Estado da Bahia, as prefeituras dos municípios de Salvador, Lauro

de Freitas e Mata de São João, Petrobras (financiadora de estrutura física e de incubação), Fundação Banco do Brasil, Shopping Center Iguatemi, Bompreço, Grupo Unigel, Brasilgás e Perdigão.

Como estratégia preceituada pelo PANGEA para aumentar a renda da cooperativa e, conseqüentemente, a renda média de cada cooperado, a CAEC firmou parcerias para coleta seletiva com “grandes geradores de material reciclável”, como *shopping centers*, supermercados, condomínios e outros, que doam materiais recicláveis às cooperativas, abrindo mão de eventuais receitas pela venda desses materiais. A CAEC certifica a ação de responsabilidade social das empresas que lhe doam resíduos sólidos, cedendo-lhes a logomarca do projeto para divulgação. Em certos casos, a empresa doadora autoriza a cooperativa a instalar uma prensa em suas dependências, possibilitando que o caminhão que retira o material faça menor número de viagens, maximizando a captação de materiais de maior valor de revenda e reduzindo os custos de transporte.



Prensagem de material no Shopping Center Iguatemi – Salvador (BA) – março de 2008. Foto do autor

A coleta seletiva de “porta em porta” é preterida por proporcionar resíduos heterogêneos, que demandam muito tempo para sua separação e, frequentemente, possuem baixo valor de revenda. Esta estratégia eleva a produtividade e gera conflito de interesses, pois a cooperativa que a adota dedica menos tempo de seu trabalho à coleta seletiva municipal.

Também faz parte da orientação estratégica do PANGEA contratar a retirada dos materiais recicláveis pelo comprador, sempre que possível, na cooperativa, que assim evita viagens de entrega e reduz seus custos com transporte.



Unidade Lauro de Freitas – Salvador (BA) – material enfardado no caminhão do comprador – março de 2008. Foto do autor

A CAEC coordena, com orientação do PANGEA e apoio da Petrobrás, a Rede de Comercialização de Materiais Recicláveis do Estado da Bahia – Rede Cata Bahia –, que tem como principal finalidade negociar a venda de materiais pelas cooperativas em bloco, de modo a obter melhores preços.

A operação com o BNDES foi contratada em 1º/10/2007, visando a aquisição de caminhões, contêineres para colocação nas dependências dos grandes geradores (permitindo incrementar o volume coletado), equipamentos para prensagem e empilhamento de fardos, uniformes, equipamentos de proteção individual, utensílios e eletrodomésticos para as três unidades da cooperativa em operação e a capacitação de cooperados.

Em março de 2009, a CAEC tinha 249 cooperados e seu cadastro de reserva registrava 500 interessados em se filiar. Todos os cooperados contribuíam para o INSS.

A cooperativa contava com aproximadamente 300 fornecedores de materiais recicláveis, entre empresas, condomínios e supermercados. Suas vendas atingiam 400 toneladas mensais de materiais recicláveis. A renda mensal dos cooperados encontrava-se entre R\$ 380,00 e R\$ 410,00.



Contêineres para captação de materiais recicláveis instalados no Condomínio Residencial Pituba Ville, em Salvador (BA) – março de 2008. Foto do autor

A CAEC se preparava para iniciar a produção de água sanitária e outros itens de limpeza, bem como suas embalagens. O processo de transformação do plástico coletado para fabricação de garrafas já se encontrava em operação e a cooperativa tinha interesse na produção de biodiesel, para uso interno.

III.3. Saúde

No período 2003 a 2008, foram apoiados pelo BNDES, com recursos do Fundo Social, diversos empreendimentos na área de saúde pública, com destaque para:

- Atendimento prévio ou complementar a internações hospitalares nas redes pública e privada nos ramos de oncologia, cardiologia, neurologia, psiquiatria e fisioterapia.
 - Casa de Apoio à Criança com Câncer, em Aracaju (SE);
 - Associação de Assistência à Criança Cardiopata e Transplantada do Coração, no município de São Paulo (SP);
 - Fundação Ricardo Moyses Jr., em Juiz de Fora (MG);

- Centro de Apoio da Turma do Ique, do Hospital Universitário de Santa Maria (RS).
- Instituto de Doenças do Tórax – IDT –, localizado no Hospital Universitário Clementino Fraga, da UFRJ, na Ilha do Fundão, no Rio de Janeiro.
- Construção da escola de formação de profissionais do Programa Saúde da Família, no município de Vitória da Conquista (BA).
- Plano de reorientação dos hospitais de pequeno porte e regionalização da assistência à saúde do Estado do Piauí.
- Estruturação da Rede Nacional de Bancos de Sangue de Cordão Umbilical e Placentário para Transplantes de Células-Tronco Hematopoiéticas – Rede BrasilCord.

III.3.1. Rede BrasilCord²¹

O transplante de medula óssea é realizado para corrigir síndromes de falência da medula óssea, erros inatos do metabolismo, imunodeficiências, doenças autoimunes, neoplasias hematológicas e tumores sólidos. Seu princípio fundamental é a substituição da medula óssea hematopoiética²² defeituosa ou destruída por uma medula óssea funcional de um doador ou do próprio paciente. A medula óssea é o sítio de desenvolvimento da célula-tronco hematopoiética (CTH), que é responsável pela evolução e diferenciação de progenitores hematopoiéticos, assim como pelas células maduras do sangue.

Os primeiros transplantes bem sucedidos foram realizados com medula de gêmeos idênticos (transplante singeneico). Posteriormente, a aplicabilidade do transplante de medula óssea ganhou força com o uso de células de doadores aparentados e não aparentados

²¹ Fontes: BNDES 2006 e BNDES 2008, além de informações prestadas diretamente pelas equipes do Instituto Nacional do Câncer e da Fundação Ary Frauzino.

²² Células hematopoéticas ou hematopoiéticas são aquelas que dão origem ao tecido sanguíneo (sangue e seus componentes: plasma, hemácias, leucócitos e plaquetas). Estão localizadas na medula óssea e nos órgãos hematopoiéticos como baço e o fígado.

(transplante alogeneico²³) compatíveis imunogeneticamente, definidos pelo sistema de antígenos de compatibilidade ou utilizando células dos próprios pacientes para transplante (transplante autólogo²⁴). O transplante autólogo é geralmente utilizado como terapia coadjuvante nos tratamentos de tumores sólidos ou tumores linfo-hematopoiéticos que não tenham se infiltrado na medula. Coletam-se e guardam-se as CTH, enquanto o paciente é submetido a regimes radio e quimioterápicos que objetivam destruir uma neoplasia, mas que são agressivos o bastante para destruir também a medula óssea.

A utilização do transplante autólogo tornou-se possível graças aos progressos da criobiologia, que possibilitaram a viabilidade do enxerto como um todo. Com a criação do campo da terapia celular e da engenharia tecidual, os processos relativos à utilização de células-tronco para reposição ou correção de um tecido ou órgão defeituoso estão sob constante pesquisa. Na medula óssea coabitam mais de um tipo de células-tronco, sendo possível sua utilização para geração de células ósseas, cartilaginosas, musculares, cardíacas e até cerebrais.

Uma vez que outras fontes de CTH, como o sangue periférico mobilizado, o sangue de cordão umbilical e placentário e até mesmo fígado fetal podem ser utilizados para transplante, o termo mais adequado é “transplante de célula-tronco hematopoiética”.

O primeiro transplante com células-tronco de cordão umbilical ocorreu em Paris, em 1988, e o primeiro banco de sangue de cordão umbilical e placentário – SCUP – foi fundado em 1993 em Nova York. Em 1995, foi criada a Rede EUROCORD, que integra cerca de 50 bancos de SCUP de países da Europa Ocidental. Também em 1995, foi criada a Rede NETCORD – que registra dados de bancos de SCUP do México, Canadá e Japão, além daqueles da EuroCord. Nos Estados Unidos, em 2005, foi criada uma rede semelhante.

Atualmente, existem mais de 20 bancos públicos de SCUP, em todo o mundo, com cerca de 196 mil unidades de células-tronco armazenadas e três mil transplantes realizados.²⁵

²³ Alogênico ou alogeneico: da mesma espécie. Um transplante de medula óssea alogeneico pode ocorrer entre irmãos ou entre um paciente e um doador compatível.

²⁴ Autólogo ou autogênico: relativo a substâncias ou formações anatômicas do próprio organismo do indivíduo.

²⁵ Dados fornecidos pela Fundação Ary Frauzino.

O Instituto Nacional de Câncer é um órgão do Ministério da Saúde vinculado à Secretaria de Assistência à Saúde. Recebe recursos orçamentários do Ministério da Saúde e da Fundação Ary Frauzino para Pesquisa e Controle do Câncer – FAF, além de recursos provenientes de convênios e parcerias nacionais e internacionais, públicas e privadas. Sua estrutura de atendimento, no município do Rio de Janeiro, é composta por quatro hospitais e pelo Centro de Transplante de Medula Óssea – CEMO.

De acordo com o Regimento do Ministério da Saúde aprovado pelo Decreto nº 5.678, de 19/01/2006, cabe ao INCA “desenvolver ações nacionais visando à prevenção e ao controle do câncer, bem como – na qualidade de agente referencial – prestar serviços oncológicos no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS)”. O INCA realiza atividades de assistência médico-hospitalar, educação, pesquisa, prevenção, detecção precoce, vigilância e desenvolvimento institucional.

Em 2001, foi inaugurado o Banco de Sangue de Cordão Umbilical e Placentário (BSCUP) do INCA, na Praça Cruz Vermelha, no Centro do Rio de Janeiro, dotado de laboratório de processamento, criopreservação e armazenamento das unidades de SCUP e de células-tronco de outras fontes (medula óssea e sangue periférico mobilizado) para transplante autólogo e alogênico.

O Centro de Transplantes de Medula Óssea do INCA – CEMO – criado em 1983, é o maior centro do Brasil no tratamento de doenças no sangue, como a anemia aplástica²⁶ e as leucemias. Também localizado na Praça da Cruz Vermelha, no Centro do Rio de Janeiro, realiza transplantes de medula óssea alogênicos e autogênicos no âmbito do SUS. Seu quadro de funcionários contava, em 2008, com 180 profissionais.

Em 2004, foi realizado no CEMO o primeiro transplante de medula óssea com sangue de cordão umbilical de doador brasileiro, proveniente do Banco de Sangue de Cordão Umbilical e Placentário do Instituto do INCA.

O CEMO é formado pelas seguintes unidades:

²⁶ Anemia aplástica: doença adquirida ou congênita, caracterizada pela total deficiência na produção de células pela medula óssea.

- Unidade de Internação, que dispõe de doze leitos em ambiente alimentado por sistema de filtragem do ar, com o objetivo de reduzir as partículas ambientais e minimizar o risco de infecções. Atende a adultos e crianças e realiza todos os tipos conhecidos de transplante de medula óssea.

- Unidade Ambulatorial – recebe novos pacientes e realiza o acompanhamento dos pacientes transplantados.

- Divisão de Laboratórios – dá suporte aos transplantes, executando exames essenciais para sua realização e acompanhando os pacientes. É composta pelos laboratórios de Biologia Molecular, Citogenética, Imunologia, Imunogenética e de Estudos da Célula-Tronco.

Além disso, o CEMO centraliza as consultas aos registros internacionais de doadores, sediando os seguintes registros:

- Registro Nacional de Receptores de Medula Óssea – REREME – cadastra pacientes de todo o Brasil para procura de um doador, no Brasil ou no exterior;

- Registro Nacional de Doadores de Medula Óssea – REDOME – atende a todos os pacientes que necessitem de doadores não aparentados no País;

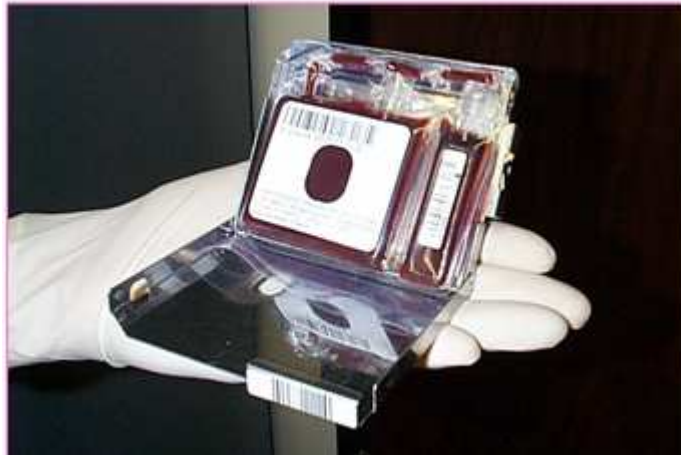
- Banco de Células-Tronco de Sangue de Cordão Umbilical – BSCUP – primeiro banco público de cordão umbilical do Brasil, inaugurado em 2001.

A obtenção de células-tronco de SCUP é realizada por meio das seguintes etapas:

- a) Captação e coleta – as mães são solicitadas, durante o pré-natal e o pré-parto, a doarem o sangue de cordão. Obtido o consentimento, são submetidas a uma triagem, por meio de questionários clínicos e de histórico-familiar. As mães selecionadas assinam termo de consentimento para doação. São coletados sangue de cordão e amostras de sangue materno.

- b) Transporte – o sangue de cordão é transportado em vasilhas térmicas para o laboratório de processamento.

c) Processamento e criopreservação – são retirados os hemocomponentes que não interessam e a unidade de células-tronco resultante recebe um agente crioprotetor que permite o congelamento seguro. Em seguida, a unidade congelada vai para o tanque de armazenamento em nitrogênio líquido, a aproximadamente 200° C negativos.



Placa de metal com bolsa de células-tronco de SCUP. Fonte: INCA.

d) Liberação da unidade criopreservada para o REDOME – entre dois a seis meses após a coleta, as doadoras são chamadas à maternidade ou ao BSCUP/CEMO para que seja retirada nova amostra de sangue e repetidas todas as sorologias. Estando os resultados em conformidade, a unidade é liberada para a lista do REDOME.

e) Transplante – quando o REDOME encontra um doador em uma das unidades de SCUP armazenadas, comunica o fato ao centro de transplante e ao BSCUP e providencia seu transporte, a temperaturas entre 150° e 196° C negativos.

No Rio de Janeiro, a coleta de SCUP é realizada em três maternidades conveniadas: Carmela Dutra, Pró-Matre e a maternidade do Hospital Naval Marcílio Dias. Nessas maternidades, atuam enfermeiras do BSCUP/CEMO/INCA especializadas na captação de doadoras e na coleta de sangue de cordão. Conforme a legislação vigente, toda doação é voluntária, anônima, gratuita e não remunerada.

São coletadas entre 800 a 1.000 unidades ao ano e 60% a 70% são aproveitadas, processadas e congeladas.

Em 29/09/2004, o Ministério da Saúde instituiu a Rede Nacional de Bancos de Sangue de Cordão Umbilical e Placentário para Transplantes de Células-Tronco Hematopoiéticas – Rede BrasilCord –, formada por doze bancos de processamento e armazenamento localizados em diferentes regiões geográficas, de modo a refletir as necessidades epidemiológicas e as diversidades étnica e genética da população brasileira, segundo critérios estabelecidos pelo Ministério da Saúde.

“De acordo com uma pesquisa realizada pelo Registro Nacional de Doadores de Medula Óssea (REDOME), a chance de um brasileiro localizar doador em território nacional é 30 vezes maior em relação à possibilidade de encontrá-lo no exterior, por conta das características genéticas. Além disso, o doador ideal (irmão compatível) só está disponível em cerca de 30% das famílias brasileiras – para 70% dos pacientes é necessário identificar um doador alternativo a partir dos registros de doadores e bancos públicos de sangue de cordão umbilical. Com a ampliação da Rede, as chances de transplante para pacientes que não possuem um doador aparentado aumentam consideravelmente, bem como o número de transplantes a serem realizados, salvando ainda mais vidas.”²⁷

A coordenação da Rede coube ao Instituto Nacional de Câncer – INCA –, considerado agente referencial nas pesquisas sobre células-tronco de cordão umbilical no Brasil.

Os doze bancos serão localizados nas seguintes cidades: Belém – Fundação Centro de Hematologia e Hemoterapia do Pará; Fortaleza – Centro de Hematologia e Hemoterapia do Ceará; Recife – Centro de Hematologia e Hemoterapia de Pernambuco; Brasília – Fundação Hemocentro de Brasília; Belo Horizonte – Fundação Centro de Hematologia e Hemoterapia de Minas Gerais; Rio de Janeiro – Centro de Transplantes de Medula Óssea do Instituto Nacional de Câncer; Campinas – Hemocentro do Centro de Hematologia da Universidade Estadual de Campinas; Ribeirão Preto – Fundação Hemocentro de Ribeirão Preto, da Universidade de São Paulo; São Paulo – Hospital Albert Einstein;²⁸ Curitiba – Hemocentro do Hospital de Clínicas da Universidade Federal do Paraná; Florianópolis – Centro de Hematologia e Hemoterapia de Santa Catarina; e Porto Alegre – Hemonúcleo do Hospital de Clínicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Em fins de 2008, encontravam-se em funcionamento quatro bancos: o CEMO/INCA (RJ), o do Hospital Albert Einstein (SP), o da UNICAMP (Campinas, SP, inaugurado em

²⁷ Fonte: <http://www.fundacaodocancer.org.br/resultado-1>.

²⁸ O BSCUP do Hospital Albert Einstein será o único privado a integrar a Rede BrasilCord.

janeiro de 2008) e o da USP de Ribeirão Preto (inaugurado em maio de 2008). A capacidade de fornecimento desses quatro bancos é de cerca de 15 mil unidades de SCUP (BNDES, 2008).

Entre outubro de 2004 e fins de 2008, foram identificadas e transplantadas 58 unidades de sangue de cordão umbilical provenientes dos hemocentros do INCA e do Hospital Albert Einstein, o que representa aproveitamento de 2,62%, que é superior à expectativa de utilização internacional do inventário armazenado (que varia entre 1 e 2%). (BNDES, 2008)

Unidades de SCUP por hemocentro da Rede BrasilCord (BNDES, 2008)					
Unidades de SCUP / Hemocentros	INCA (RJ)	Albert Einstein (São Paulo)	HC Campinas	HC Ribeirão Preto	Total
Coletado	3.963	3.824	529	-	8.316
Criopreservado	2.394	2.814	213	-	5.421
Liberado	924	1.291	-	-	2.215
Transplantado ²⁹	24	34	-	-	58

Estima-se que haja necessidade de sistematizar registros de um milhão de doadores de medula óssea e de armazenar 50 mil unidades de SCUP, capacidade prevista da Rede BrasilCord para atender à demanda nacional por transplantes de células-tronco hematopoéticas.

O BNDES contratou, com a Fundação Ary Frauzino, apoio com recursos do Fundo Social a duas operações.

A primeira operação, contratada em 2006, teve os seguintes objetivos:

- Expansão da capacidade de processamento – de cinco para 15 unidades diárias de bolsas de células-tronco de sangue de cordão umbilical e placentário – e de armazenamento – de 3.000 para 10.340 unidades de bolsas de SCUP – do Banco de Sangue de Cordão Umbilical e Placentário do Centro de Transplantes de Medula Óssea do Instituto Nacional de Câncer;

²⁹ O Banco de SCUP do Hemocentro de Campinas iniciou suas atividades em janeiro de 2008 e o de Ribeirão Preto em maio de 2008. Por essa razão, todas as unidades transplantadas foram provenientes dos Bancos do INCA e do Hospital Albert Einstein.

- Adequação das instalações do BSCUP/CEMO às normas nacionais e internacionais de processamento e armazenamento de células-tronco de origens diversas; e
- Desenvolvimento do sistema de informação Registro Nacional de Células-Tronco Hematopoiéticas – RENACORD – para a Rede Nacional de Bancos de Sangue de Cordão Umbilical e Placentário – BrasilCord. (adaptado de BNDES, 2006).

Para atingir esses objetivos, foram realizadas reformas e instalações que compreenderam:

- Nova área de armazenamento, incluindo estrutura de armazenamento de amostras, central de gases e compartilhamento de nitrogênio líquido entre os tanques de armazenamento de amostras;
- Novas áreas laboratorial, administrativa, de manipulação celular e área comum para estudo e procedimentos laboratoriais, com controle de partículas, antessala com *air-lock* e controle de acesso biométrico;
- Sistema automatizado “BioArquivo” de criopreservação e armazenamento de unidades de SCUP com dois tanques providos de *software* de controle de acesso, que propicia economia no consumo de nitrogênio líquido, melhor controle da temperatura, aproveitamento de cerca de 100% das células-tronco armazenadas e aumento da capacidade de cinco para 15 unidades de SCUP/dia, processadas e criopreservadas. A capacidade de cada tanque é de 3.670 unidades.

As novas instalações do Banco de Sangue de Cordão Umbilical e Placentário do Centro de Transplantes de Medula Óssea do Instituto Nacional de Câncer foram inauguradas em 08/10/2007. Em julho de 2008, contavam com 2.394 bolsas de sangue de cordão umbilical criopreservadas, das quais 924 liberadas para transplantes e 70 outras unidades selecionadas e em preparação para o transplante.



BioArquivos do Banco de Sangue de Cordão Umbilical e Placentário do INCA
– Rio de Janeiro (RJ) – outubro de 2007. Foto do autor

A segunda operação foi contratada em 14/11/2008, tendo por objetivo a estruturação da Rede Nacional de Bancos Públicos de Sangue de Cordão Umbilical e Placentário para Transplante de Células-Tronco Hematopoiéticas (Rede BrasilCord), com implantação de oito novos bancos e complementação de equipamentos para dois já existentes; realocação e modernização do Laboratório de Imunogenética do Instituto Nacional de Câncer; acreditação³⁰ de todos os bancos de sangue que compõem a Rede BrasilCord e integração desta Rede com os registros internacionais e com a rede mundial NetCord de células-tronco de sangue de cordão umbilical e placentário.

Foram previstas as seguintes ações:

- Realização de obras civis (construção, reformas e melhorias) para instalação dos bancos de SCUP e realocação do Laboratório de Imunogenética do CEMO/INCA, no Rio de Janeiro;
- Aquisição de equipamentos, mobiliários e materiais para estruturar os bancos de SCUP, com destaque para o sistema “BioArquivo” de criopreservação e armazenamento de SCUP;

³⁰ Acreditação é um procedimento de avaliação integral da qualidade, que abrange os aspectos de estrutura, processo e resultados. É voluntário, confidencial, periódico, baseado em padrões previamente conhecidos e executado por uma entidade independente. Fonte: Manual Brasileiro de Acreditação. Disponível em <http://www.anvisa.gov.br/servicos/creditacao/manuais/index.asp>. Acesso em 15/11/2009.

- Acreditação dos bancos de SCUP e do Laboratório de Imunogenética do CEMO/INCA;
- Capacitação de dez equipes compostas, no mínimo, por um profissional em enfermagem e um em criobiologia, que realizarão os procedimentos para captura do sangue de cordão umbilical (nas maternidades), e das equipes que serão responsáveis pelo processamento e congelamento das células-tronco de SCUP (nos laboratórios dos bancos);
- Incorporação à RENACORD de todas as informações sobre as unidades de SCUP criopreservadas obtidas a partir da implantação dos novos bancos de SCUP;
- Aquisição de servidor para integração das redes REDOME, RENACORD e REREME.

III.4. Síntese do segundo período do Fundo Social

O período 2003 a 2008 foi marcado pela mudança de governo e pela conseqüente alteração de prioridades e diretrizes, dentre as quais destacamos:

- A prioridade deixou de ser a assistência social e passou a ser a redução da desigualdade social e econômica por meio da geração de trabalho e renda.
- Complementação de políticas de desenvolvimento regional e social de áreas de baixa renda.
- Convergência com programas federais destinados a setores sociais básicos e territórios com baixo nível de desenvolvimento relativo e regiões de extrema pobreza.
- Busca da abrangência territorial.
- Prioridade para projetos que atuem de forma intersetorial e interinstitucional, objetivando a ampliação do impacto das ações apoiadas sobre as condições de vida das populações beneficiadas.

▪ Aplicação de recursos do Fundo Social a ações “de cunho predominantemente ambiental”, “de caráter social nas áreas de saúde, educação e justiça, cujos benefícios tenham ampla abrangência e sejam direcionados, prioritariamente, às populações de baixa renda” e “cujos investimentos se situem no entorno dos grandes projetos financiados pelo BNDES e se insiram na diretriz estratégica de apoio do Banco ao respectivo entorno”.

III.5. Plataforma BNDES – uma visão externa

Neste período, a atuação social do BNDES tornou-se objeto de interesse crescente da sociedade civil. Para ilustrar essa situação, apresenta-se a seguir a iniciativa de um grupo de ONGs com significativa presença no universo do Terceiro Setor no Brasil,³¹ que, em 2007, produziu um documento intitulado “Plataforma BNDES”, contendo críticas à atuação do BNDES e propostas para sua reorientação. No que diz respeito aos fundos não reembolsáveis, nomeadamente o Fundo Social e o Fundo Tecnológico, a “Plataforma BNDES” apontou falta de transparência na seleção de projetos e beneficiários e propôs a aplicação de seus recursos em microcrédito e agricultura familiar:

“O Fundo Social, fundo não reembolsável que o Banco destina a projetos e instituições que operam no campo social, precisa ser democratizado, a exemplo de outras empresas públicas que, ao destinarem recursos a fundo perdido, valem-se de processo público divulgado através de edital de seleção.

O BNDES não estabelece um processo com regras claras e públicas para que a sociedade saiba como e com que critérios são escolhidos os projetos e beneficiários.

A mesma falta de transparência caracteriza a aplicação do Fundo Tecnológico (FUNTEC), destinado a ‘apoiar financeiramente projetos que objetivam estimular o desenvolvimento tecnológico e a inovação de interesse estratégico para o País’.

³¹ Amigos da Terra – Amazônia Brasileira; Associação de Funcionários do BNB; ATTAC – Brasil; Central Única dos Trabalhadores (CUT); Conselho Indigenista Missionário (CIMI); Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB); Cresol – Sistema de Cooperativas de Crédito Rural com Integração Solidária; Esplar – Centro de Pesquisa e Assessoria; Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (Fase); Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (FBOMS); Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES); Fórum Nacional de Segurança Alimentar; Fórum Popular e Independente do Madeira; Frente Nacional do Saneamento Ambiental (FNISA); Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE); Instituto de Estudos Socioeconômicos (INESC); Movimentos dos Atingidos por Barragens (MAB); Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST); Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul (PACS); Rede Alerta contra o Deserto Verde; Rede Brasil sobre Instituições Financeiras Multilaterais; Rede Brasileira de Justiça Ambiental; e Rede Brasileira pela Integração dos Povos (Rebrip).

(...)

Hoje, um dos grandes gargalos dos financiamentos para o setor associativo ou da economia solidária está representado pela exigência de garantias que interdita o acesso ao crédito por parte deste tipo de empreendimento. O Banco deve, nestes casos, buscar construir novos instrumentos e parâmetros que privilegiem menos a capacidade de endividamento *strictu sensu* e mais as garantias dadas pela inserção do empreendimento na dinâmica sócio-econômica local.

As restrições do Banco estão também presentes no caso das cooperativas de crédito, que atuam como agentes financeiros e operam repasses do BNDES. Nas análises de risco e capacidade de endividamento, as cooperativas são tratadas da mesma forma que outros agentes, como no caso do Bradesco, que é hoje o principal agente financeiro em termos de volume de recursos.

Não se considera a natureza de um sistema cooperativo que, em casos bastante conhecidos, operam com a perspectiva da sustentabilidade dos empreendimentos apoiados. Sem dúvida, uma cooperativa de crédito que favorece um desenvolvimento de natureza distributiva não pode ter o mesmo tratamento que um agente do tipo do Bradesco, que responde exclusivamente às demandas do mercado.

Importa, também, chamar a atenção de que muitos micro-empreendimentos e empreendimentos associativos com significativo potencial produtivo e distributivo necessitam de um crédito fortemente subsidiado como forma de alavancagem de seus investimentos. Normalmente se trata de empreendimentos que demandam valores baixos por operação, ainda mais se comparados com o retorno sócio-econômico que são capazes de gerar.

Muitos destes empreendimentos são hoje fomentados a partir de dezenas de fundos de pequenos projetos, fundos rotativos existentes no País. Estes ‘fundos solidários’ operam segundo uma filosofia de proximidade e implicação com o tomador do crédito. As condições e a forma de reembolso (monetárias ou não; integral ou parcial) são negociadas e definidas na perspectiva de investimentos sociais que reforcem dinâmicas comunitárias.

O fomento a estes fundos solidários deve estar na agenda do Banco, seja através de linha específica, ou mesmo valendo-se do seu **Fundo Social**, já que a autonomia dos fundos solidários na operação dos recursos em benefício das comunidades locais exige que o repasse seja a fundo perdido.

(...)

O Banco deve também incentivar uma nova matriz tecnológica de produção, voltada para a agroecologia. Nesse sentido, os investimentos devem incentivar a população rural para a preservação e recuperação do meio ambiente. Recomendamos que o Banco reorientar sua atuação no setor em favor de (...) Ampliar e direcionar os recursos do **Fundo Social** e do **Funtec** para a população rural buscando a elevação da escolaridade, projetos ambientais, assistência técnica e extensão rural vinculada à pesquisa e ao ensino, compra de equipamentos agrícolas adequados à necessidade da agricultura familiar, campesina e das populações indígenas...” (IBASE et al, 2007)

IV. Tendências para o futuro

Com base na observação da trajetória do Fundo Social de 1997 a 2008 e na análise do Planejamento Corporativo para o período de 2009 a 2014 e do Relatório Anual 2008, publicado em 2009, pode-se identificar tendências para o futuro do Fundo Social.

IV.1. Planejamento corporativo

O Planejamento Corporativo do BNDES para o período de 2009 a 2014, concluído em 2008, definiu as diretrizes de atuação da instituição e sinalizou as tendências para aplicação dos recursos do Fundo Social no futuro próximo.

A missão do BNDES foi definida como: **“promover o desenvolvimento sustentável e competitivo da economia brasileira, com geração de emprego e redução das desigualdades sociais e regionais”**.

Foram eleitos três “temas transversais”, que deverão permear toda a organização, de forma a incorporarem-se definitivamente à sua cultura:

“i) a **inovação** (...);

ii) o **desenvolvimento local e regional**, fomentando investimentos integrados em diferentes escalas territoriais e diferentes institucionalidades (APLs, entorno de grandes projetos, cidades-pólo, bacias hidrográficas), apoiando políticas integradas de desenvolvimento urbano e priorizando regiões menos desenvolvidas;

iii) o **desenvolvimento socioambiental**, apoiando projetos que primem pelo desenvolvimento sustentável (crescimento econômico, bem-estar social e preservação do meio ambiente), investimentos em energias renováveis e eficiência energética, em recuperação de passivos ambientais e em desenvolvimento de tecnologias e serviços ambientais.”³²

O Relatório Anual de 2008 adotou a expressão “Fundo Social/Ambiental” em lugar de “Fundo Social” – embora a denominação não tenha sido oficialmente modificada –, o que

³²Em

http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/O_BNDES/A_Empresa/planejamento_corporativo.html. Acesso em 09/10/2009.

representou significativa alteração na cultura corporativa do BNDES e corroborou a ampliação da dimensão do Fundo Social determinada pela Resolução 1654/2008, de 21/10/2008. Mereceu destaque o apoio à geração de trabalho e renda para a população de menor renda e às parcerias estratégicas, por meio de articulação institucional:

“O Fundo Social/Ambiental prevê o apoio, com recursos não reembolsáveis, a projetos de caráter social no âmbito de geração de emprego e renda, serviços urbanos, saúde, educação e desportos, justiça, meio ambiente, desenvolvimento rural e outras áreas vinculadas ao desenvolvimento regional e social.

No apoio à geração de trabalho e renda para a população de menor renda, o BNDES tem priorizado esforços na busca por modelos que deem capilaridade e abrangência à sua atuação. A principal diretriz é a articulação institucional para que, em conjunto com parceiros estratégicos e em linha com as políticas públicas existentes, seja possível apoiar estruturas geradoras de trabalho e renda e promover acesso a crédito para aquela faixa de público.” (BNDES, 2009: 36)

O mesmo Relatório Anual registrou ainda a criação de um fundo específico para apoiar ações culturais com recursos não reembolsáveis:

“Parte das ações culturais realizadas pelo BNDES utilizava como fonte recursos não reembolsáveis previstos no artigo 9º, inciso V, de seu Estatuto Social, sob a rubrica do Fundo Social. Em agosto de 2008, a Diretoria do BNDES aprovou dotação adicional para aplicações não reembolsáveis, referentes ao exercício de 2007, e especificou a parcela de R\$ 80 milhões a ser empregada no ‘apoio a investimentos de natureza cultural’.

Nos meses subsequentes, foi criado pela Diretoria do BNDES o Fundo Cultural, cuja dotação é oriunda da transferência dos recursos mencionados anteriormente. Juntamente com sua criação, foi aprovado regulamento de operação do Fundo e seu Plano de Aplicações para o biênio 2009–2010, pautado não apenas nos objetivos de aprofundar as ações desenvolvidas ao longo dos últimos anos no setor cultural, em particular na preservação do patrimônio histórico brasileiro, mas também na meta de empreender novas ações de caráter estruturante para o setor nos eixos de atuação definidos como prioritários: patrimônio histórico e acervos; integração de turismo e cultura; música; animação.” (BNDES, 2009: 36)

IV.2. Parcerias estratégicas

O Relatório Anual 2008 registrou a negociação de parcerias com Ministério da Cultura, Banco do Brasil e Fundação Banco do Brasil, objetivando aumentar a capilaridade do

BNDES e o alcance das ações financiadas pelo Fundo Social, com foco em geração de trabalho e renda:

“...o BNDES negociou parcerias com o Ministério da Cultura, com a Fundação Banco do Brasil e com o programa Desenvolvimento Regional Sustentável do Banco do Brasil (BB DRS), para aumentar sua capilaridade e tornar mais efetivo seu apoio a projetos de geração de trabalho e renda. Entre os projetos, destacam-se os seguintes:

a) Complementação das fontes de recursos para a realização de investimentos em projetos de arranjos produtivos locais (APLs) localizados em municípios com os menores Índices de Desenvolvimento Municipal e de Desenvolvimento Social, como o Programa de Desenvolvimento dos Territórios Produtivos do Estado do Ceará, em que o BNDES participa com R\$ 2,5 milhões dos R\$ 5,9 milhões de investimento total.

b) Financiamento ao Programa de Promoção do Artesanato de Tradição Cultural (Promoart), que prevê intervenções em 65 polos artesanais de todo o País. O BNDES participa com um volume de R\$ 1,3 milhão, complementar aos recursos de R\$ 5,1 milhões do Convênio de Cooperação celebrado entre a União, por intermédio do Ministério da Cultura, e a Associação Cultural de Amigos do Museu de Folclore Edison Carneiro (Acamufec).

c) Acordo de Cooperação Técnica, celebrado entre o Banco do Brasil e o BNDES, para a implementação de projetos direcionados a atividades produtivas sustentáveis, com ênfase em regiões menos desenvolvidas. Já foram aprovados três projetos, no valor total de R\$ 1,6 milhão, em favor de pequenas cooperativas de produção, localizadas em diversos estados, para implantação de unidades de fabricação de produtos cerâmicos e de beneficiamento de castanha-de-caju (também conhecida como castanha-do-brasil) e leite.” (BNDES, 2009: 125)

Em agosto de 2009, foi firmado acordo de cooperação técnica e financeira entre BNDES e Fundação Banco do Brasil, objetivando “estruturação de cadeias produtivas da economia solidária, reaplicação de tecnologias sociais e promoção do desenvolvimento territorial”. O acordo tem vigência de cinco anos, prorrogável por igual período, e prevê o aporte de R\$ 20 milhões por cada instituição e um Plano Tático de Atuação Conjunta anual, em que cada uma das duas entidades indicará projetos a serem apoiados. Os recursos do BNDES serão provenientes do Fundo Social.³³

³³ Fonte:

http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/Sala_de_Imprensa/Noticias/2009/Social/20090828_fbb.html. Acesso em 11/10/2009.

Segundo Ricardo Ramos, Superintendente da Área de Inclusão Social desde maio de 2008, a decisão sobre o que apoiar é decisão política do governo.³⁴ A questão da escala, porém, é insofismável.

“É racional se buscar escala na aplicação dos recursos sociais. Não ter escala é ser elitista, é escolher e as escolhas podem ser casuais. Quem é mais competente na obtenção da informação e na estruturação do projeto tem maior probabilidade de receber recursos, enquanto projetos meritórios, porém com pessoas menos informadas ou menos competentes na estruturação, podem não ter acesso. Entretanto, esses projetos com apoio dos parceiros estratégicos podem vir a receber recursos e dar resultados inesperados. Dentro dessa perspectiva um desafio adicional se impôs: como poderia o BNDES empreender escala na utilização dos recursos do Fundo Social sem perder a qualidade de sua aplicação?”

Segundo o Superintendente da Área de Inclusão Social, Ricardo Ramos, não é racional utilizar os recursos humanos do BNDES, que são escassos e altamente qualificados, para analisar e acompanhar alguns poucos projetos de pequeno valor. Esses recursos humanos devem ser utilizados para atingir o maior número possível de pessoas, uma vez que as carências são muitas. A diretriz da Área de Inclusão Social deixou de ser o projeto paradigmático e passou a ser a escala. Para obter a escala desejada, o BNDES vem investindo em parcerias com, entre outros, Fundação Banco do Brasil, Fundação Odebrecht, estados da União, Ministério de Desenvolvimento Agrário e Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Estado do Ceará, Estado do Piauí e Estado do Sergipe já tiveram projetos enquadrados e aprovados.

O Superintendente entende que o acompanhamento dos projetos deve ser realizado pelo parceiro estratégico, cabendo ao BNDES analisar seu processo de acompanhamento, avaliar sua prestação de contas e monitorar os resultados, reservando-se o direito de realizar o acompanhamento *in loco* quando entender que é necessário. Como a diretriz básica é buscar escala no apoio, o BNDES pode deixar de controlar especificamente o projeto *a priori*, passando a avaliar e monitorar resultados de programas por meio de um processo estatístico.

Sobre as fundações privadas, Ricardo Ramos entende que possuem alto grau de capacitação gerencial e que seu trabalho deve ser colocado a serviço das políticas públicas.

³⁴ Em entrevista concedida ao autor em 30/10/2009.

“Quando as parcerias são firmadas com estados e ministérios, a questão da política pública está resolvida. Quando os parceiros são as fundações privadas, sua atuação deve ser legitimada pelo poder público local, pelos ministérios, como MDS [Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome] ou MDA [Ministério do Desenvolvimento Agrário], ou pela sociedade civil.”

IV.3. Área de Meio Ambiente e Departamento de Articulação

Em fevereiro de 2009, foi criada a Área de Meio Ambiente, responsável pela administração do Fundo Amazônia, da iniciativa BNDES/Mata Atlântica e do Fundo BNDES Desenvolvimento Limpo. Além disso, a nova área atuará em conjunto com as áreas operacionais do BNDES na aplicação das demais modalidades de apoio ambiental.

Também em fevereiro de 2009, foi criado o Departamento de Articulação, responsável pelo tratamento dos temas transversais, com as atribuições, entre outras, de: coordenar a formulação e proposição da política de atuação do Sistema BNDES, com ênfase nas dimensões territorial, socioambiental e da inovação; elaborar e monitorar plano de ação anual para os temas transversais, em conjunto com as Áreas Operacionais e Secretaria de Arranjos Produtivos e Inovativos e Desenvolvimento Local; desenvolver metodologias, procedimentos e normas operacionais para apoio às atividades de planejamento, fomento, concessão de apoio financeiro, análise e acompanhamento dos projetos com ênfase no tratamento integrado dos temas transversais; apoiar o Departamento de Prioridades na etapa de enquadramento dos projetos, identificando oportunidades complementares que envolvem as dimensões transversais e emitindo recomendações para análise; apoiar as Áreas Operacionais do BNDES na promoção de responsabilidade social corporativa e na estruturação de operações, no que tange aos temas transversais; e desenvolver, em articulação com as demais Áreas do BNDES, ações institucionais, visando à formação de parcerias com entidades e órgãos públicos e privados.

Conclusões

A análise da evolução das normas do Fundo Social revela que seu foco prioritário de apoio, inicialmente assistência social a crianças e jovens em situação de risco social – público eleito como prioritário em fins da década de 1990 –, deslocou-se para geração de trabalho e renda, visando à redução da desigualdade social e econômica, seguindo diretriz do governo federal eleito em janeiro de 2003.

Durante o primeiro período estudado, 1997-2002, quando se procurou ganhar experiência em relação ao Terceiro Setor, ocorreu apoio direto do BNDES a ONGs, como executoras de projetos.

No mesmo período, procurou-se estruturar novas ações no campo do social por meio da criação de programas, como o Programa de Apoio a Crianças e Jovens em Situação de Risco Social. Estabeleceu-se o diálogo estruturante com administrações municipais, fomentando redes locais de atenção e buscando o fortalecimento de sua gestão. Foram firmadas parcerias com órgãos especializados, como o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e a Aliança com o Adolescente pelo Desenvolvimento Sustentável no Nordeste, no âmbito do Programa de Desenvolvimento Local.

A maximização do impacto dos recursos foi preocupação dos gestores do Fundo Social desde sua criação. Em 2001, foi criada a linha de atuação Redes Ampliadas, no âmbito do Programa de Apoio a Crianças e Jovens em Situação de Risco Social, com o objetivo de apoiar redes de assistência já existentes, que atuavam de forma integrada, em âmbito regional ou nacional, como a Pastoral da Criança e o Lar Fabiano de Cristo.

O apoio à saúde pública foi prioridade nos dois períodos estudados. No período 1997-2002, foram apoiadas iniciativas com potencial para se tornarem políticas públicas, como o Método Mãe-Canguru de Atenção ao Prematuro. No período 2003-2008, deu-se prioridade para projetos com ampla abrangência territorial e convergência com políticas públicas, como a operação para estruturação da Rede BrasilCord.

Durante o segundo período analisado, 2003-2008, marcado pela mudança de governo e conseqüente alteração de prioridades e diretrizes, por entender-se que o apoio direto a elevado número de projetos com impactos locais demandava excessivos recursos humanos para sua análise e acompanhamento, buscou-se apoiar diretamente projetos de grande abrangência territorial.

Também nesse período, os recursos do Fundo Social foram empregados para complementação de políticas de desenvolvimento regional e social de áreas de baixa renda, em convergência com programas federais destinados a setores sociais básicos e territórios com baixo nível de desenvolvimento relativo e regiões de extrema pobreza.

Deu-se prioridade a projetos com atuação intersetorial e interinstitucional, objetivando a ampliação do impacto das ações apoiadas sobre as condições de vida das populações beneficiadas.

A partir de 2008, a aplicação de recursos do Fundo Social foi estendida a ações “de cunho predominantemente ambiental” e “cujos investimentos se situem no entorno dos grandes projetos financiados pelo BNDES e se insiram na diretriz estratégica de apoio do Banco ao respectivo entorno”.

Por outro lado, delimitou-se o apoio a projetos “de caráter social nas áreas de saúde, educação e justiça, cujos benefícios tenham ampla abrangência e sejam direcionados, prioritariamente, às populações de baixa renda”.

Também a partir de 2008, foram negociados e firmados convênios com “parceiros estratégicos”, como estados, ministérios e fundações privadas, que serão cofinanciadores e responsáveis pela gestão de projetos de geração de emprego e renda executados por terceiros.

As inovações expostas no Relatório Anual de 2008 e introduzidas na estrutura organizacional do BNDES, especialmente a criação do Departamento de Articulação, revelam a intenção de que os temas “transversais” – inovação, desenvolvimento local e regional e desenvolvimento socioambiental – sejam incorporados pela cultura de toda a instituição e não se restrinjam apenas à Área Social.

Referências bibliográficas

- ALÉM, Ana Cláudia. BNDES – papel, desempenho e desafios para o futuro. Rio de Janeiro, BNDES, 1997.
- APAEB – Associação dos Pequenos Agricultores do Município de Valente. Avaliação de uma caminhada de luta e resistência. Valente (BA), 2000a.
- _____. Uma caminhada de luta e resistência. Valente (BA), 2000b.
- _____. Folha da APAEB. Edição 289 – 08 de Outubro de 2005. Disponível em http://www.apaeb.com.br/folhadaapaeb/289/noticia0810_006.htm. Acesso em 13/11/2009.
- _____. O sertão tem tudo que se precisa, se faltar a gente inventa. Disponível em <http://www.apaeb.com.br/index.php?secao=apaeb>. Acesso em 1º/11/2008.
- ASSIS, J. Carlos de. Criação do BNDES: uma era de alma grande. In Getúlio Vargas e seu tempo. Rio de Janeiro, BNDES, sem data.
- AZEREDO, Beatriz; DUNCAN, Pedro Gomes (organizadores). A experiência da área de desenvolvimento social no período 1996/2002. Rio de Janeiro, BNDES, 2002.
- BAPTISTA, Eduardo. Trabajo y ciudadanía en Brasil: emprendimientos económicos solidarios, racionalidad económica y vínculos solidários. Rio de Janeiro, sem data.
- BARBOSA, Ana Christina Moreno Maia; e COSTA, Ana Cristina Rodrigues. Redes locais de atenção à criança e ao adolescente. Rio de Janeiro, BNDES, 2002.
- BARROSO, Juliana Rocha. Conheça os avanços e os obstáculos na valorização do trabalho de brasileiros que sobrevivem da catação das raspas e dos restos. Disponível em <http://www.setor3.com.br:7778/jsp/default.jsp?tab=00002&newsID=a4322.htm&subTab=0000&uf=&local=&l=&template=107.dwt&unit=>. Acesso em 05/08/2009.
- BNDES. 30 anos de BNDES – avaliação e rumos: documento preliminar apresentado ao 2º seminário de avaliação e rumos do BNDES. Rio de Janeiro, 1982.
- _____. Resolução 902/97, de 03/07/1997. Rio de Janeiro, 1997.
- _____. Resolução 917/97, de 23/10/1997. Rio de Janeiro, 1997a.
- _____. Resolução 926/98, de 18/03/1998. Rio de Janeiro, 1998.
- _____. Decisão de Diretoria nº 100/98, de 10/03/1998. Rio de Janeiro, 1998a.
- _____. Relatório Anual 1999. Rio de Janeiro, BNDES, 1999.
- _____. Relatório Anual 1998. Rio de Janeiro, BNDES, 1999b.
- _____. Programa de apoio a crianças e jovens em situação de risco social. Rio de Janeiro, 2000.
- _____. Decisão de Diretoria nº 043/2000, de 07/02/2000. Rio de Janeiro, 2000.
- _____. Método mãe-canguru de atenção ao prematuro. Rio de Janeiro, BNDES, 2001.
- _____. Resolução 973/2001, de 05/02/2001. Rio de Janeiro, 2001a.
- _____. Decisão de Diretoria 53/2001, de 05/02/2001. Rio de Janeiro, 2001b.
- _____. Relatório Anual 2000. Rio de Janeiro, BNDES, 2001c.

_____ BNDES 50 anos. Rio de Janeiro, BNDES, 2002.

_____ Decisão de Diretoria n° 400/2002, de 08/07/2002. Rio de Janeiro, 2002a.

_____ Decisão de Diretoria n° 410/2002, de 15/07/2002. Rio de Janeiro, 2002b.

_____ Decisão de Diretoria n° 793/2002, de 02/12/2002. Rio de Janeiro, 2002c.

_____ Relatório Anual 2001. Rio de Janeiro, BNDES, 2002d.

_____ Nota AS/DEPSE/GEOPE1 01/2003. Rio de Janeiro, BNDES, 2003.

_____ Resolução 1069/2003, de 08/12/2003. Rio de Janeiro, 2003a.

_____ Relatório Anual 2003. Rio de Janeiro, BNDES, 2003b.

_____ Relatório Anual 2002. Rio de Janeiro, BNDES, 2003c.

_____ Decisão de Diretoria n° 720/2004, de 13/09/2004. Rio de Janeiro, 2004.

_____ Relatório Anual 2003. Rio de Janeiro, BNDES, 2004b.

_____ Relatório de acompanhamento: Associação de Desenvolvimento Sustentável e Solidário da Região Sisaleira – APAEB (sucessora da Associação de Pequenos Agricultores do Município de Valente – APAEB). Rio de Janeiro, BNDES, 2005.

_____ Resolução 1.167/2005, de 11/05/2005. Rio de Janeiro, 2005a.

_____ Resolução 1.168/2005, de 11/05/2005. Rio de Janeiro, 2005b.

_____ Relatório Anual 2004. Rio de Janeiro, BNDES, 2005c.

_____ Relatório de análise: Banco de Sangue de Cordão Umbilical e Placentário para Transplante de Células-Tronco – INCA – Instituto Nacional de Câncer – Fundação Ary Frauzino para Pesquisa e Controle do Câncer. Rio de Janeiro, BNDES, 2006.

_____ Relatório Anual 2005. Rio de Janeiro, BNDES, 2006b.

_____ Relatório de análise: Cooperativa CAEC – Cooperativa de Catadores Agentes Ecológicos de Canabrava. Rio de Janeiro, BNDES, 2007.

_____ Relatório Anual 2006. Rio de Janeiro, BNDES, 2007b.

_____ Relatório de análise: Fundação Ary Frauzino para Pesquisa e Controle do Câncer – FAF – Rede BrasilCord. Rio de Janeiro, BNDES, 2008.

_____ Relatório de acompanhamento: Cooperativa CAEC – Cooperativa de Catadores Agentes Ecológicos de Canabrava. Rio de Janeiro, BNDES, 2008a.

_____ Resolução 1.592/2008, de 15/04/2008. Rio de Janeiro, 2008b.

_____ Resolução 1.654/2008, de 21/10/2008. Rio de Janeiro, 2008c.

_____ Relatório Anual 2007. Rio de Janeiro, BNDES, 2008d.

_____ Relatório de acompanhamento: Lar Fabiano de Cristo. Rio de Janeiro, BNDES, 2008e.

_____ Ordem de Serviço PRESI n° 004/2008, de 23/09/2008. Rio de Janeiro, 2008f.

_____ Relatório Anual 2008. Rio de Janeiro, BNDES, 2009.

BRASIL. Lei n° 1.628, de 20 de junho de 1952.

_____ Decreto-Lei nº 1.940, de 25 de maio de 1982.

_____ Constituição da República Federativa do Brasil, de 5 de outubro de 1988.

_____ Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.

_____ Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993.

_____ Decreto nº 2.253, de 13 de junho de 1997.

IBASE et al. Plataforma BNDES. Rio de Janeiro, 2007.

MOVIMENTO NACIONAL DOS CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS. Análise do Custo de Geração de Postos de Trabalho na Economia Urbana para o Segmento dos Catadores de Materiais Recicláveis. 2006.

OLIVEIRA, Fabiana Goulart de; e DIAS, Sônia Maria. A reciclagem na construção da cidadania. Disponível em

<http://www.setor3.com.br/jsp/default.jsp?tab=00002&newsID=a4327.htm&subTab=00000&uf=&local=&testeira=99&l=&template=58.dwt&unit=§id=187&leiamais=4333>. Acesso em 08/08/2009.

ORGANIZAÇÃO NACIONAL DE ACREDITAÇÃO. Manual Brasileiro de Acreditação. Terceira revisão. 2006. Disponível em

<http://www.anvisa.gov.br/servicosaude/acreditacao/manuais/index.asp>. Acesso em 15/11/2009.

PORTELA, Margareth C.; LIMA, Sheyla M. L.; BARBOSA, Pedro R.; VASCONCELLOS, Miguel M.; UGÁ, Maria Alícia D.; e GERSCHMAN Silvia. Caracterização assistencial de hospitais filantrópicos no Brasil. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/rsp/v38n6/09.pdf>. Acesso em 21/07/2009.

SANDE, Luiz. O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social: conferência do presidente do BNDES, Luiz Sande, na Escola Superior de Guerra. Rio de Janeiro, 1983.